



A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DE ZUMBI E O LEGADO DA CONSCIÊNCIA NEGRA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA



Simone Helen Drumond Ischkanian

Gladys Nogueira Cabral

Marcos Aurélio dos Santos Freitas

Silvana Nascimento de Carvalho

Gabriel Nascimento de Carvalho

Sandro Garabed Ischkanian

Celine Maria de Sousa Azevedo

Ana Luzia Amaro

Dilani da Cruz MC Comb



**CLUBE DE
AUTORES**



A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DE ZUMBI E O LEGADO DA CONSCIÊNCIA NEGRA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA.

2

*Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Marcos Aurélio dos Santos Freitas
Silvana Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Celine Maria de Sousa Azevedo
Ana Luzia Amaro
Dilani da Cruz MC Comb*

Nos quilombos ecoava a esperança,
um canto livre nas matas do sertão,
Zumbi erguia a voz e a lança,
guiando um povo em libertação.

Nas veias negras corria o grito,
que o açoite não pôde calar,
era a força de um sonho infinito,
de quem nas sombras ousou lutar.

Palmares, berço de resistência,
símbolo vivo de amor e fé,
ergueu-se contra a violência,
que o império branco impôs de pé.

Zumbi, guerreiro da dignidade,
fez da luta sua oração,
mostrando que a humanidade
floresce em cada irmão.

Hoje, seu nome é semente,
na mente e no coração,
que desperta o ser consciente
da negra contribuição.

A Consciência Negra é chama,
que reacende a nossa história,
mostra ao Brasil que se ama,
a cor também é glória.

Nos ritmos, na fala, no riso,
na pele, no canto, no chão,
vive o legado conciso
da negra construção da nação.



A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DE ZUMBI E O LEGADO DA CONSCIÊNCIA NEGRA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA.



*Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Marcos Aurélio dos Santos Freitas
Silvana Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Celine Maria de Sousa Azevedo
Ana Luzia Amaro
Dilani da Cruz MC Comb*

Nas escolas, nas artes, na rua,
ergue-se um novo saber,
onde a cor que reluz e flutua
ensina o país a crescer.

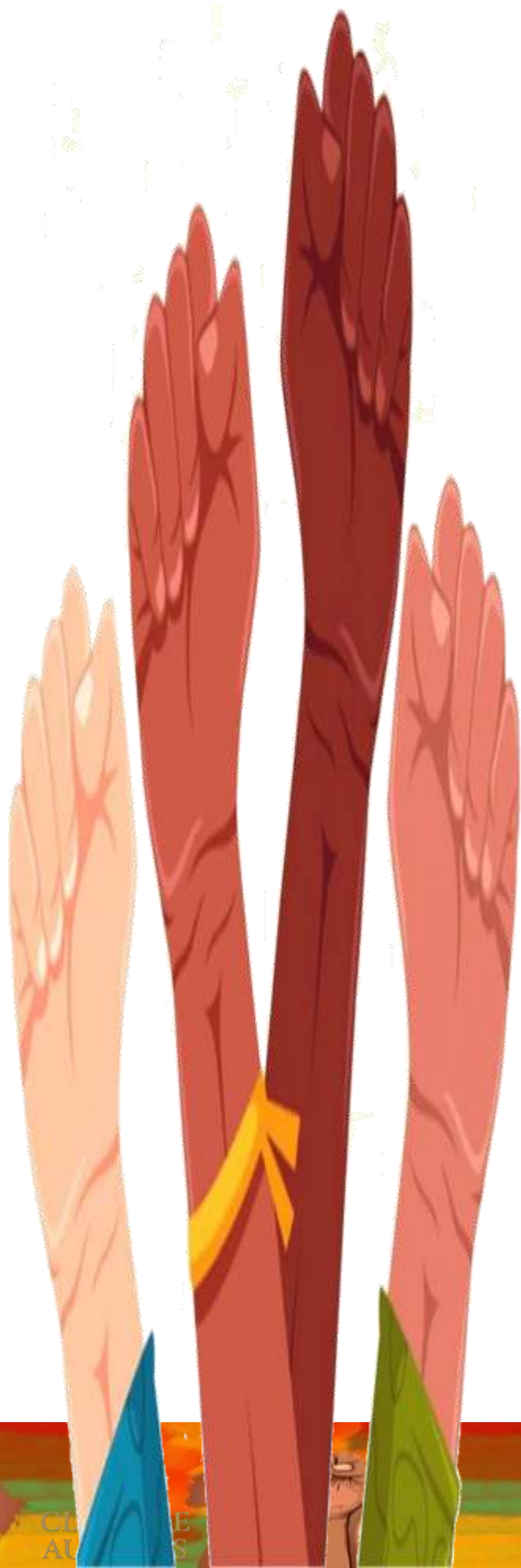
É a voz que educa e liberta,
que denuncia e faz refletir,
mostrando que a história é certa
quando há justiça no porvir.

Que o ensino abrace a verdade,
que o livro conte o real,
que se exalte a diversidade,
como riqueza cultural.
Pois na pele e na memória,
há raízes de um só chão,
que entrelaçam dor e glória
na alma da nossa nação.

Que a memória nunca se perca,
nem o orgulho se dissolva no ar,
pois um povo sem sua herança
não pode se libertar.

Zumbi é passado e é presente,
é voz que o tempo não cala,
é símbolo eterno e valente
de um Brasil que se iguala.

É o grito que inspira o agora,
a luta que segue a brotar,
para que a justiça aflora
e o racismo venha a cessar.
É o sonho de um povo inteiro,
que insiste em resistir,
erguendo o amor verdadeiro,
que faz o Brasil existir.



A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DE ZUMBI E O LEGADO DA CONSCIÊNCIA NEGRA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA.



Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Marcos Aurélio dos Santos Freitas
Silvana Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Celine Maria de Sousa Azevedo
Ana Luzia Amaro
Dilani da Cruz MC Comb



A figura de Zumbi dos Palmares representa um dos pilares da resistência negra no Brasil, sendo símbolo da luta por liberdade, justiça e dignidade humana. Seu legado transcende a história do Quilombo dos Palmares, projetando-se como marco da construção da identidade afro-brasileira e da valorização da consciência negra enquanto movimento político, cultural e social. A análise da importância histórica de Zumbi, à luz de autores como Abdias do Nascimento (1980), Silvio Almeida (2019) e Lélia Gonzalez (1988), revela como a memória quilombola se articula à crítica contemporânea do racismo estrutural e à luta pela igualdade racial. Segundo Nascimento (1980; 1982), o quilombismo é uma filosofia de emancipação coletiva que reafirma a ancestralidade africana e propõe uma alternativa política de autodefesa e solidariedade. O Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi, simboliza a resistência à colonialidade e ao projeto genocida que estruturou a sociedade brasileira. Esse processo de desumanização, descrito por Frantz Fanon (2008) e Grada Kilomba (2019), persiste nas formas contemporâneas de exclusão racial e na manutenção do “pacto da branquitude” analisado por Maria Aparecida Bento (2002; 2022). A partir de uma perspectiva decolonial (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2019), compreende-se que o legado de Zumbi se insere na luta global contra o racismo e o imperialismo, aproximando o pensamento afro-brasileiro de outros movimentos da diáspora africana. Como destacam Amaro et al. (2025), o racismo estrutural é sustentado por mecanismos de governança global que reproduzem hierarquias coloniais e consolidam a marginalização dos povos negros. Nesse contexto, a consciência negra torna-se ferramenta de enfrentamento epistêmico e político, capaz de romper com o silenciamento histórico imposto pela colonialidade do poder e do saber. No campo social e educacional, Ischkanian et al. (2023) ressaltam que o resgate das trajetórias negras e das infâncias afro-brasileiras é essencial para a formação de uma consciência crítica antirracista. Essa conscientização, segundo Ischkanian (2011), não se limita à celebração da cultura negra, mas envolve a reconstrução das narrativas históricas e a valorização das contribuições africanas na formação nacional. A memória de Zumbi se reconfigura como elemento pedagógico e político fundamental para o fortalecimento da identidade brasileira plural e democrática. O legado de Zumbi dos Palmares e da consciência negra não se resume a uma lembrança histórica, mas constitui um projeto contínuo de libertação e reconstrução social. A resistência quilombola inspira, até hoje, o combate ao racismo estrutural, à desigualdade e à exclusão, reafirmando que a verdadeira identidade brasileira só pode ser construída com justiça racial, reconhecimento histórico e valorização da herança africana.

Palavras-chave: Zumbi dos palmares; consciência negra; identidade brasileira; racismo estrutural; quilombismo; decolonialidade; resistência afro-brasileira.



THE HISTORICAL IMPORTANCE OF ZUMBI AND THE LEGACY OF BLACK CONSCIOUSNESS IN THE CONSTRUCTION OF BRAZILIAN IDENTITY.



Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Marcos Aurélio dos Santos Freitas
Silvana Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Celine Maria de Sousa Azevedo
Ana Luzia Amaro
Dilani da Cruz MC Comb



The figure of Zumbi dos Palmares represents one of the pillars of Black resistance in Brazil, symbolizing the struggle for freedom, justice, and human dignity. His legacy transcends the history of the Quilombo dos Palmares, standing as a milestone in the construction of Afro-Brazilian identity and the valorization of Black consciousness as a political, cultural, and social movement. The analysis of Zumbi's historical importance, in light of authors such as Abdias do Nascimento (1980), Silvio Almeida (2019), and Lélia Gonzalez (1988), reveals how quilombola memory connects to the contemporary critique of structural racism and the ongoing struggle for racial equality. According to Nascimento (1980; 1982), *quilombismo* is a philosophy of collective emancipation that reaffirms African ancestry and proposes a political alternative grounded in self-defense and solidarity. The Quilombo dos Palmares, led by Zumbi, symbolizes resistance to coloniality and the genocidal project that shaped Brazilian society. This process of dehumanization, described by Frantz Fanon (2008) and Grada Kilomba (2019), persists in contemporary forms of racial exclusion and in the maintenance of the “whiteness pact” analyzed by Maria Aparecida Bento (2002; 2022). From a decolonial perspective (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2019), Zumbi's legacy is understood as part of the global struggle against racism and imperialism, linking Afro-Brazilian thought to broader movements within the African diaspora. As Amaro et al. (2025) emphasize, structural racism is upheld by contemporary mechanisms of global governance that reproduce colonial hierarchies and reinforce the marginalization of Black peoples. Within this context, Black consciousness emerges as an epistemic and political tool capable of breaking the historical silencing imposed by the coloniality of power and knowledge. In the social and educational fields, Ischkanian et al. (2023) highlight that recovering Black trajectories and Afro-Brazilian childhoods is essential for developing an anti-racist critical awareness. According to Ischkanian (2011), this awareness goes beyond the mere celebration of Black culture, involving the reconstruction of historical narratives and the appreciation of African contributions to national formation. The memory of Zumbi is thus reconfigured as a pedagogical and political element fundamental to strengthening a plural and democratic Brazilian identity. The legacy of Zumbi dos Palmares and Black Consciousness is not limited to historical remembrance; it represents a continuous project of liberation and social reconstruction. The quilombola resistance continues to inspire the fight against structural racism, inequality, and exclusion, reaffirming that Brazil's true identity can only be built through racial justice, historical recognition, and the valorization of African heritage.

Keywords: Zumbi dos Palmares; black consciousness; brazilian identity; structural racism; quilombismo; decoloniality; afro-brazilian resistance.



LA IMPORTANCIA HISTÓRICA DE ZUMBI Y EL LEGADO DE LA CONCIENCIA NEGRA EN LA CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD BRASILEÑA.



Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Marcos Aurélio dos Santos Freitas
Silvana Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Celine Maria de Sousa Azevedo
Ana Luzia Amaro
Dilani da Cruz MC Comb



La figura de Zumbi dos Palmares representa uno de los pilares de la resistencia negra en Brasil, símbolo de la lucha por la libertad, la justicia y la dignidad humana. Su legado trasciende la historia del Quilombo dos Palmares y se proyecta como un hito en la construcción de la identidad afrobrasileña y en la valorización de la conciencia negra como movimiento político, cultural y social. El análisis de la importancia histórica de Zumbi, a la luz de autores como Abdias do Nascimento (1980), Silvio Almeida (2019) y Lélia Gonzalez (1988), revela cómo la memoria quilombola se articula con la crítica contemporánea del racismo estructural y la lucha por la igualdad racial. Según Nascimento (1980; 1982), el *quilombismo* es una filosofía de emancipación colectiva que reafirma la ancestralidad africana y propone una alternativa política basada en la autodefensa y la solidaridad. El Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi, simboliza la resistencia a la colonialidad y al proyecto genocida que estructuró la sociedad brasileña. Este proceso de deshumanización, descrito por Frantz Fanon (2008) y Grada Kilomba (2019), persiste en las formas contemporáneas de exclusión racial y en el mantenimiento del “pacto de la blancura” analizado por Maria Aparecida Bento (2002; 2022). Desde una perspectiva decolonial (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2019), el legado de Zumbi se inserta en la lucha global contra el racismo y el imperialismo, acercando el pensamiento afrobrasileño a otros movimientos de la diáspora africana. Como señalan Amaro et al. (2025), el racismo estructural está sostenido por mecanismos contemporáneos de gobernanza global que reproducen jerarquías coloniales y consolidan la marginación de los pueblos negros. En este contexto, la conciencia negra se convierte en una herramienta epistémica y política capaz de romper con el silenciamiento histórico impuesto por la colonialidad del poder y del saber. En el ámbito social y educativo, Ischkanian et al. (2023) destacan que rescatar las trayectorias negras y las infancias afrobrasileñas es esencial para la formación de una conciencia crítica antirracista. Según Ischkanian (2011), esta concienciación no se limita a la celebración de la cultura negra, sino que implica la reconstrucción de las narrativas históricas y la valorización de las contribuciones africanas en la formación nacional. La memoria de Zumbi se reconfigura así como un elemento pedagógico y político fundamental para el fortalecimiento de una identidad brasileña plural y democrática. El legado de Zumbi dos Palmares y de la conciencia negra no se reduce a un recuerdo histórico, sino que constituye un proyecto continuo de liberación y reconstrucción social. La resistencia quilombola sigue inspirando, hasta hoy, la lucha contra el racismo estructural, la desigualdad y la exclusión, reafirmando que la verdadera identidad brasileña solo puede construirse con justicia racial, reconocimiento histórico y valorización de la herencia africana.

Palabras clave: Zumbi dos palmares; conciencia negra; identidad brasileña; racismo estructural; quilombismo; decolonialidad; resistencia afrobrasileña.



A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DE ZUMBI E O LEGADO DA CONSCIÊNCIA NEGRA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Marcos Aurélio dos Santos Freitas
Silvana Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Celine Maria de Sousa Azevedo
Ana Luzia Amaro
Dilani da Cruz MC Comb



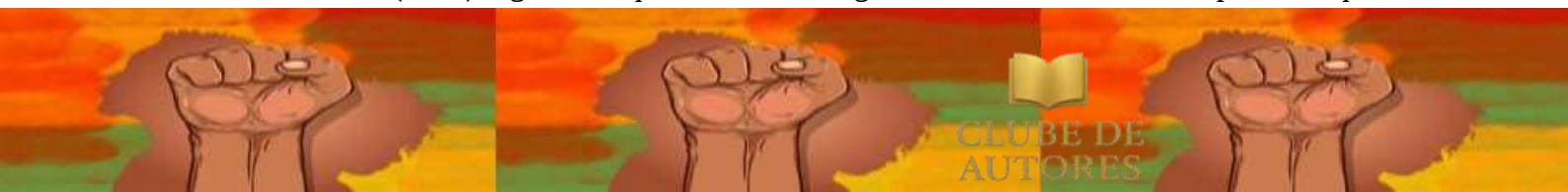
1. INTRODUÇÃO

Zumbi dos Palmares é um dos maiores símbolos da resistência negra contra a escravidão no Brasil, sendo reconhecido como um herói nacional e líder de um dos movimentos mais duradouros de luta pela liberdade no período colonial. Sua trajetória transcende o campo histórico e assume dimensões políticas e culturais que moldam a consciência coletiva do povo brasileiro. Segundo Ischkanian (2011), compreender a história de Zumbi é compreender também a gênese da luta do povo negro por dignidade, cidadania e reconhecimento dentro de uma sociedade marcada pela desigualdade racial.

O Quilombo dos Palmares, sob a liderança de Zumbi, representou uma das mais estruturadas experiências de liberdade no Brasil colonial, reunindo milhares de homens e mulheres fugidos do sistema escravocrata. Esse território de resistência foi, por mais de um século, uma referência de organização política, social e militar. De acordo com Munanga (2001), os quilombos constituíram um projeto político de emancipação e autodefesa, que confrontava diretamente o modelo colonial baseado na exploração e na exclusão racial.

A figura de Zumbi se destaca não apenas como líder militar, mas como símbolo espiritual e político de uma luta contínua. Ele não aceitou acordos com o poder colonial que pudessem comprometer os ideais de liberdade e autonomia dos quilombolas. Como ressalta Mbembe (2020), a recusa à submissão e o enfrentamento da violência colonial são elementos centrais nas políticas de resistência negra, que buscam afirmar a humanidade diante da negação imposta pelo colonialismo.

Após sua morte, em 1695, Zumbi foi transformado em um ícone da resistência negra, cujo nome ultrapassou os limites da história para se tornar um emblema de identidade e orgulho. Essa construção simbólica foi essencial para o fortalecimento da luta por direitos civis e igualdade racial. Kilomba (2019) argumenta que a memória negra, muitas vezes silenciada pela branquitude,



precisa ser constantemente reescrita para romper com o esquecimento estrutural que o racismo perpetua.



A importância histórica de Zumbi está intrinsecamente ligada à memória coletiva dos povos afrodescendentes. Seu exemplo reforça a necessidade de reconhecer as contribuições africanas na formação da cultura e da sociedade brasileira. Conforme Ischkanian (2011), celebrar Zumbi é um ato político e educativo, pois reafirma a presença e a relevância do negro na história do país, rompendo com a invisibilidade imposta por séculos de opressão.

O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, foi instituído como uma forma de valorizar essa herança e provocar reflexão sobre o racismo ainda presente no Brasil. Tal data se torna um espaço de resistência e reeducação social. Para Mombaça (2021), o ato de lembrar é, em si, um gesto revolucionário, pois desafia o apagamento histórico e projeta novas possibilidades de futuro baseadas na justiça racial.

A consciência negra emerge, portanto, como um movimento de emancipação social e epistêmica, que questiona as estruturas coloniais do saber e do poder. Segundo Mbembe (2020), é impossível pensar a modernidade sem compreender o papel do colonialismo e da escravidão na constituição das relações de poder globais — uma realidade que ainda reverbera nas práticas sociais contemporâneas.

A resistência quilombola também simboliza um projeto civilizatório alternativo, baseado na coletividade, na solidariedade e na justiça social. De acordo com Munanga (2001), os quilombos não foram simples refúgios de escravizados, mas verdadeiras comunidades políticas, dotadas de leis, hierarquias e valores éticos próprios. Essa dimensão política transforma Zumbi em um precursor da luta por direitos humanos e igualdade racial.

A valorização da cultura afro-brasileira é um dos principais legados deixados por Zumbi. Religiões de matriz africana, expressões artísticas, linguagens, culinária e tradições orais constituem pilares da identidade brasileira contemporânea. Conforme Ischkanian (2011), reconhecer esses elementos é um passo essencial para superar o racismo simbólico que nega o valor das contribuições negras na formação nacional.

O racismo estrutural continua sendo um obstáculo à plena realização da igualdade racial no Brasil. Silvio Almeida (2019) define-o como um sistema de organização social que naturaliza as desigualdades e mantém os privilégios da branquitude. Esse sistema, herdado da escravidão, ainda molda a distribuição de oportunidades, poder e reconhecimento na sociedade brasileira.

A luta de Zumbi e dos quilombolas também inspira políticas de ação afirmativa e movimentos contemporâneos de combate ao racismo. Munanga (2001) enfatiza que essas políticas



são instrumentos fundamentais para corrigir desigualdades históricas e promover o acesso dos negros à educação, ao trabalho e à cidadania plena.



A construção da identidade nacional deve, portanto, incluir as vozes e as experiências afro-brasileiras que foram silenciadas. Como afirma Kilomba (2019), o racismo não é apenas uma estrutura externa, mas um sistema internalizado que define quem pode falar e quem deve ser ouvido. Nesse sentido, revisitar a história de Zumbi é também revisitar as bases epistemológicas da própria brasilidade.

A figura de Zumbi assume um papel pedagógico na formação de uma consciência crítica. Segundo Ischkanian (2011), a educação antirracista deve partir do reconhecimento das lutas históricas dos povos negros, incorporando seus valores e saberes nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas. Essa proposta rompe com a educação eurocêntrica e propõe um novo modelo de aprendizagem plural e inclusivo.

A influência de Zumbi e da Consciência Negra ultrapassa fronteiras e conecta o Brasil a outros movimentos da diáspora africana. Mbembe (2020) destaca que as lutas antirracistas em diferentes partes do mundo compartilham um mesmo horizonte de libertação, fundamentado na crítica à colonialidade e à dominação racial.

No campo jurídico e político, a resistência negra também revela a necessidade de repensar o Estado e suas estruturas de controle. Melossi (1992) argumenta que o sistema penal, historicamente, tem servido como instrumento de controle racial, perpetuando desigualdades e criminalizando corpos negros. Essa análise reforça a atualidade da luta iniciada por Zumbi.

A reflexão sobre a Consciência Negra também é uma reflexão sobre a saúde mental e o bem-estar da população negra. O Ministério da Saúde (2023) reconhece que o racismo é um determinante social de saúde, responsável por gerar sofrimento psíquico e desigualdades no acesso aos serviços públicos. Políticas de equidade racial tornam-se essenciais para a justiça social.

Zumbi dos Palmares, portanto, não é apenas um personagem histórico, mas um arquétipo da resistência, cuja presença continua viva na memória e na luta cotidiana do povo negro. Como afirma Ischkanian (2011), o legado de Zumbi é, acima de tudo, uma pedagogia da liberdade — um convite à construção de uma sociedade mais justa.

2. DESENVOLVIMENTO

A figura de Zumbi dos Palmares constitui-se como um dos maiores marcos simbólicos da resistência negra no Brasil, representando a luta coletiva dos povos africanos escravizados pela liberdade e pela dignidade humana. Sua trajetória ultrapassa o limite histórico do Quilombo dos Palmares, configurando-se como um legado político, cultural e espiritual de emancipação.



Segundo Ischkanian (2011), a história de Zumbi e dos quilombos expressa o esforço contínuo de um povo em reconstruir sua humanidade diante da brutalidade da escravidão e do racismo estrutural. Assim, compreender a importância de Zumbi é compreender o próprio processo de formação da sociedade brasileira, marcada por conflitos raciais, desigualdade e resistência.

Zumbi dos Palmares foi o último líder do maior quilombo da história colonial brasileira, um território autônomo que abrigou milhares de homens, mulheres e crianças em fuga da escravidão. Sua liderança ultrapassou a dimensão militar, alcançando o campo político e filosófico, na defesa da liberdade e da autossuficiência dos quilombolas. De acordo com Nascimento (1981), Zumbi personifica o ideal do *quilombismo*, conceito que propõe uma filosofia de resistência e autodefesa negra diante das estruturas opressoras. O quilombo, nesse sentido, é mais do que um espaço físico: é um projeto de civilização alternativa, baseado na solidariedade e na ancestralidade africana.

A recusa de Zumbi em aceitar os acordos propostos pelos colonizadores portugueses é um episódio que revela sua firmeza ética e sua convicção na luta pela liberdade plena. Ele compreendia que qualquer concessão à escravidão significava a negação da própria humanidade de seu povo. Como aponta Munanga (2001), a recusa de Zumbi não foi apenas política, mas simbólica, pois expressava a rejeição da lógica colonial que subjugava corpos e mentes. Assim, a resistência de Palmares tornou-se uma metáfora da liberdade negra, reconfigurando os sentidos de poder, identidade e pertencimento no Brasil colonial.

A morte de Zumbi, em 20 de novembro de 1695, não significou o fim da luta, mas o início de um mito fundador da resistência afro-brasileira. Seu martírio foi transformado em símbolo de orgulho e identidade, consolidando-se como elemento central da memória coletiva negra. Conforme Ischkanian (2011), a figura de Zumbi passou de líder quilombola a arquétipo da consciência crítica do povo negro, inspirando gerações na luta contra o racismo e a exclusão. A data de sua morte, posteriormente reconhecida como o Dia Nacional da Consciência Negra, reflete a permanência do seu legado como fundamento ético e político.

O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, instituído pela Lei nº 12.519/2011, é mais do que uma homenagem histórica — é um instrumento de resistência e reflexão. A celebração representa a reafirmação da identidade afro-brasileira e o reconhecimento da contribuição dos povos negros na construção da nação. Para Kilomba (2019), a memória da escravidão e do racismo não pode ser esquecida, pois é somente pelo enfrentamento das feridas históricas que se torna possível a cura social.



A data de 20 de novembro atua como um ato político e pedagógico de reeducação das consciências.

Marcos Aurélio dos Santos Freitas, 2025.



A consciência negra, enquanto movimento político e cultural, resgata os valores civilizatórios africanos e reivindica o direito à diferença e à igualdade. Ela emerge como contraponto ao discurso hegemônico da branquitude, que historicamente apagou a contribuição dos negros na formação da sociedade. Conforme Bento (2022), a manutenção do “pacto da branquitude” é uma das bases do racismo estrutural, que perpetua desigualdades e privilégios. A consciência negra, nesse contexto, constitui uma forma de ruptura epistemológica e social, devolvendo voz e agência aos sujeitos historicamente silenciados.

A luta de Zumbi é também uma luta pela memória, pelo direito de existir e de ser reconhecido como sujeito pleno de história e cultura. No campo simbólico, Palmares representa a utopia de um Brasil livre do racismo e da dominação colonial. Mbembe (2020) argumenta que o racismo é um mecanismo de gestão da morte, e que resistir é afirmar a vida diante das estruturas necropolíticas que definem quem pode viver e quem deve morrer. Sob essa perspectiva, Zumbi é o emblema da vida insurgente que se recusa a sucumbir diante do poder colonial.

O legado de Zumbi ecoa na contemporaneidade como referência para os movimentos sociais e as políticas de igualdade racial. As ações afirmativas, por exemplo, são frutos dessa longa trajetória de resistência e reivindicação de direitos. Segundo Munanga (2001), a luta por cotas e inclusão educacional é uma extensão do projeto quilombista, que busca reparar injustiças históricas e democratizar o acesso ao conhecimento. Dessa forma, a consciência negra não é um ponto de chegada, mas um processo contínuo de reconstrução identitária e emancipação coletiva.

No campo educacional, a valorização da história afro-brasileira é uma ferramenta essencial para o combate ao racismo institucional. Ischkanian (2023) destaca que o reconhecimento das infâncias negras e de suas trajetórias históricas é fundamental para formar uma consciência crítica e antirracista. As escolas, portanto, devem ser espaços de reconstrução da narrativa histórica, onde o protagonismo negro seja afirmado e valorizado. A pedagogia da consciência negra, inspirada em Zumbi, propõe um ensino que una conhecimento, ancestralidade e libertação.

A resistência quilombola não se restringe ao passado, pois continua presente nas comunidades remanescentes de quilombos, que enfrentam diariamente o racismo e a exclusão



social. Essas comunidades representam a continuidade viva do projeto político de Palmares. Segundo o Ministério da Saúde (2023), a população negra ainda sofre com desigualdades estruturais que impactam a saúde, a educação e o trabalho, evidenciando a persistência do racismo institucional. A luta de Zumbi, assim, mantém-se atual e necessária.

Zumbi dos Palmares também se tornou um símbolo transnacional, integrando o imaginário da diáspora africana e das lutas de libertação em todo o mundo. Pahuja (2011) destaca que o colonialismo e o racismo estão na base da ordem mundial moderna, e que resistir a essas estruturas é um ato de descolonização do ser e do saber. A imagem de Zumbi, portanto, ultrapassa o contexto brasileiro, inserindo-se em uma genealogia global de resistência afro-diaspórica. Ele é, ao mesmo tempo, herói nacional e símbolo internacional da liberdade negra.

O pensamento de Abdias do Nascimento (1981) reforça essa dimensão global, ao compreender o quilombismo como uma filosofia universal da libertação negra. Para o autor, o quilombo é uma metáfora política que representa o esforço coletivo pela autonomia e dignidade. Essa concepção vincula-se à tradição de luta de Zumbi, cujo exemplo inspira movimentos antirracistas em diversas partes do mundo. A obra de Nascimento, portanto, reconecta o passado e o presente da resistência afro-brasileira, consolidando o legado de Palmares como paradigma político de libertação.

O reconhecimento da importância de Zumbi e da consciência negra também passa pela crítica ao racismo estrutural que perpassa as instituições brasileiras. Kilomba (2019) e Mbembe (2020) mostram que o racismo é um dispositivo de controle e exclusão que molda subjetividades e hierarquiza vidas. A luta contra esse sistema exige mais do que políticas públicas — requer uma transformação profunda das mentalidades. A memória de Zumbi é um convite à descolonização das práticas, das leis e do pensamento.

A partir da ótica decolonial, Zumbi pode ser compreendido como um precursor da resistência anticolonial nas Américas. Segundo Maldonado-Torres e Grosfoguel (2019), a colonialidade do poder e do saber continua estruturando as relações sociais e políticas no mundo contemporâneo. Zumbi, ao defender a autonomia de Palmares, antecipa os princípios da decolonialidade, ao propor uma sociedade baseada na solidariedade e na reciprocidade. Sua luta é, portanto, um projeto epistemológico de reexistência e reconstrução coletiva.

A história de Zumbi revela também o papel do corpo negro como território político. Mombaça (2021) enfatiza que o corpo negro é espaço de resistência e memória, onde se inscrevem as marcas da violência colonial, mas também os gestos da liberdade. O corpo de Zumbi, mutilado e exposto após sua morte, transformou-se em símbolo de resistência e denúncia da brutalidade do



sistema escravista. O corpo negro, ao ser violentado, converte-se em signo da persistência e da sobrevivência.

O racismo, como estrutura social, perpetua desigualdades e legitima a exclusão. Segundo Ramos (2021), o genocídio da população negra é um processo contínuo, que se manifesta nas mortes, nas prisões e nas omissões do Estado. A resistência de Zumbi, nesse contexto, representa uma denúncia permanente das violências raciais e uma convocação à justiça social. Sua memória continua a inspirar a luta contra a necropolítica que ainda define a vida de milhões de brasileiros negros.

A contribuição intelectual de autores como Koskenniemi (2001) e O'Donnell (2010) ajuda a compreender como as estruturas jurídicas e políticas internacionais também reproduzem as hierarquias coloniais. Zumbi, ao lutar pela autonomia de seu povo, desafiou essas hierarquias e propôs um modelo alternativo de organização social. Sua liderança evidencia que a luta pela liberdade é também uma luta pelo reconhecimento político e jurídico da humanidade negra. Nesse sentido, Palmares antecipa o ideal de justiça universal fundada na igualdade real.

O legado de Zumbi dos Palmares, portanto, não é apenas uma lembrança histórica, mas uma prática viva de resistência e reconstrução. Ele representa o compromisso ético com a justiça racial, a memória e a dignidade humana. Como sintetiza Ischkanian (2011), a consciência negra é o elo entre o passado e o presente da luta pela liberdade, reafirmando que o Brasil só será verdadeiramente livre quando a igualdade racial for realidade. O exemplo de Zumbi é, assim, farol e fundamento da identidade nacional.

A construção da identidade brasileira só é possível quando reconhece em Zumbi dos Palmares o símbolo maior da luta por humanidade, justiça e emancipação. A consciência negra, inspirada em sua trajetória, propõe uma reeducação do olhar sobre o Brasil, para que a história seja contada também a partir das vozes que resistiram. Zumbi é, portanto, o espelho onde o país deve se ver: um líder que sonhou com a liberdade coletiva e deixou à nação o legado de nunca desistir da dignidade.

2.1. METODOLOGIA DA PESQUISA PARA DELINEAMENTO DO ARTIGO

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, orientada pela intenção de compreender em profundidade os significados, práticas e memórias que envolvem A importância histórica de Zumbi e o legado da Consciência Negra na construção da identidade brasileira. Optou-se por privilegiar a interpretação e a compreensão dos textos e documentos que tratam do tema, em detrimento de procedimentos quantitativos que busquem mensurar variáveis. Essa escolha metodológica está em consonância com autores que



defendem a investigação qualitativa para estudos sociais e educacionais quando o objetivo é apreender sentidos e processos complexos (Creswell, 2021).

O tipo de investigação centrar-se-á na pesquisa bibliográfica, cujo escopo é reunir, sistematizar e analisar criticamente a produção científica já publicada sobre Zumbi, quilombos, consciência negra e identidade nacional (Gil, 2018). A pesquisa bibliográfica aqui proposta visa oferecer o referencial teórico necessário para situar o problema, identificar lacunas e fundamentar as discussões analíticas do artigo. Essa estratégia fundamenta-se em procedimentos consagrados para construção de revisão de literatura e referencial teórico.

Adicionalmente, a pesquisa incorpora uma dimensão documental, por meio da análise de documentos eletrônicos, periódicos, relatórios institucionais e fontes primárias digitais que contenham dados relevantes ao objeto de estudo (Vergara, 2014). A seleção de documentos incluiu materiais acessíveis em bases digitais e repositórios acadêmicos — como CAPES, Scopus, Web of Science, SciELO, Academia.edu e Google Acadêmico — considerando a necessidade de mapear tanto produção consolidada quanto estudos emergentes sobre a temática.

Os critérios de inclusão e exclusão das fontes foram previamente definidos para garantir coerência e rigor: (a) relevância temática explícita com o objeto de estudo; (b) rigor metodológico aparente (revistas indexadas, livros de editoras acadêmicas, teses e dissertações); (c) atualidade, privilegiando trabalhos das últimas três décadas sem, contudo, excluir obras clássicas fundamentais à compreensão histórica; e (d) diversidade de recortes disciplinares (história, sociologia, educação, direito e estudos culturais). Fontes não científicas ou sem fundamentação clara foram excluídas (Richardson, 1999; Severino, 2016).

O processo de coleta de dados iniciou-se pelo levantamento de palavras-chave e termos correlatos — por exemplo: “Zumbi dos Palmares”, “quilombismo”, “consciência negra”, “racismo estrutural”, “identidade brasileira” — e pelo rastreamento sistemático nas bases selecionadas. Em seguida, procedeu-se a uma triagem inicial por títulos e resumos, seguida de leitura exploratória e posterior leitura analítica dos textos selecionados, para garantir aderência aos objetivos da pesquisa (Lakatos; Marconi, 2010).

A análise dos dados textuais foi realizada por meio de categorização temática e análise interpretativa, procurando identificar categorias analíticas que emergiram da literatura e que são capazes de articular as dimensões históricas, pedagógicas, políticas e epistemológicas do fenômeno estudado (Quivy; Campenhoudt, 2008). As categorias foram construídas de forma indutiva e recodificadas durante o processo de leitura analítica, permitindo o cruzamento entre diferentes autores e perspectivas.



Os procedimentos metodológicos incluem também a síntese comparativa entre produções acadêmicas, a identificação de tensões teóricas e a construção de uma narrativa crítica que situe Zumbi e a consciência negra no debate contemporâneo sobre identidade e justiça racial. A sistematização dos achados seguiu uma lógica reflexiva, com registro de memórias de leitura, fichamentos e mapas conceituais que subsidiaram a redação analítica do artigo (Gil, 2008).

Questões éticas e de rigor acadêmico foram observadas: todas as fontes foram devidamente citadas e referenciadas conforme as normas vigentes; materiais de acesso restrito foram utilizados apenas quando autorizados; e interpretaram-se os textos com cuidado para evitar deturpações do sentido original. Ademais, reconheceu-se a limitação intrínseca ao uso exclusivo de fontes secundárias — a ausência de trabalho empírico de campo, por exemplo — e explicitou-se tal limitação na fundamentação metodológica (Severino, 2016).

A metodologia pretende garantir a validade teórica e a relevância social do estudo, oferecendo um mapeamento crítico do estado da arte sobre Zumbi e a Consciência Negra, e indicando lacunas para pesquisas futuras, inclusive investigações empíricas que aprofundem a compreensão das dinâmicas contemporâneas de memória, educação e políticas públicas no campo da igualdade racial. De acordo com os autores, Lakatos e Marconi, (2017), o desenho metodológico, portanto, articula rigor bibliográfico, análise documental e interpretação crítica como pilares do delineamento do artigo.

O tema *A importância histórica de Zumbi e o legado da Consciência Negra na construção da identidade brasileira* dialoga diretamente com um vasto conjunto de produções teóricas e empíricas que abordam o racismo estrutural, a resistência negra, a descolonização do pensamento e a valorização da cultura afro-brasileira como fundamento essencial da identidade nacional.

Autores como Almeida (2019) e Bento (2022) contribuem para compreender o racismo como um elemento estrutural das instituições e relações sociais brasileiras, evidenciando como a branquitude e os pactos de poder mantêm as desigualdades históricas. Essa perspectiva teórica é essencial para entender o contexto em que a luta de Zumbi dos Palmares se insere e a persistência das formas contemporâneas de exclusão racial.

A produção de Munanga (2001) e Fernandes (1978) oferece suporte sociológico à discussão sobre a inserção do negro na sociedade de classes, mostrando como a herança escravocrata moldou as relações raciais e limitou o acesso da população negra aos direitos de cidadania. Esses estudos fundamentam a análise sobre a necessidade da Consciência Negra como um movimento de reivindicação histórica e política.



As reflexões de Nascimento (1978, 1980, 1982) são basilares para o entendimento do quilombismo como projeto político e cultural de emancipação, articulando o legado de Zumbi com o pan-africanismo e a luta contra o genocídio do povo negro. Sua obra coloca Zumbi como símbolo da resistência e da reconstrução da identidade afro-brasileira a partir de uma perspectiva de libertação coletiva.

Fanon (2008) e Kilomba (2019) ampliam a compreensão sobre as dimensões psicológicas e subjetivas do racismo, analisando o impacto das opressões coloniais na formação da identidade negra. Suas reflexões auxiliam na análise do processo de construção da consciência racial e no reconhecimento da importância do resgate histórico da luta quilombola.

A contribuição de Ischkanian (2011, 2023) é essencial por abordar as práticas educativas e culturais ligadas à valorização da história e da cultura afro-brasileira. A autora enfatiza a necessidade de inserir a temática da Consciência Negra nos espaços de ensino e de promover uma pedagogia antirracista capaz de transformar as estruturas de exclusão.

Os estudos de Amaro et al. (2025) e Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2019) inserem a discussão em um contexto global, relacionando o racismo estrutural com os mecanismos de governança internacional e com a colonialidade do poder. Tais obras permitem compreender o racismo não apenas como um fenômeno nacional, mas como parte de um sistema de dominação global que afeta as populações negras em diferentes contextos.

A obra de Mbembe (2020) oferece uma leitura contemporânea sobre a necropolítica e o controle das vidas negras nas sociedades pós-coloniais, dialogando com o conceito de genocídio negro apresentado por autores como Pires (2019) e Ramos (2021). Essas contribuições são cruciais para analisar as continuidades da violência racial desde o período colonial até a atualidade.

No campo histórico, Azevedo (1987) e Schwarcz (1993) analisam as representações do negro no imaginário das elites e o papel das teorias raciais na legitimação da exclusão. Essas obras ajudam a compreender o contexto em que Zumbi se tornou símbolo de resistência e o modo como o racismo foi naturalizado nas práticas sociais e políticas.

González (1984, 1988, 2014) introduz a perspectiva da amefricanidade e das tecnologias de gênero, ressaltando a importância da mulher negra e da interseccionalidade na luta antirracista. Sua obra contribui para ampliar o debate sobre a Consciência Negra, inserindo as dimensões de gênero, cultura e identidade.

Autores internacionais como Anderson (2003), Mutua e Anghie (2000), e Pahuja (2011) complementam a discussão ao relacionar o racismo à estrutura jurídica e política global, mostrando como o direito internacional moderno foi moldado por lógicas coloniais. Essa



perspectiva é útil para entender como a luta de Zumbi e dos quilombos dialoga com movimentos de resistência em outras partes do mundo.

Foucault (2005, 2007) e Fitzpatrick (1992) fornecem as bases teóricas para compreender as relações entre poder, discurso e direito, oferecendo ferramentas para analisar como o controle e a dominação racial se perpetuam por meio de instituições e narrativas hegemônicas.

O aporte metodológico de Gil (2008, 2018), Creswell (2021), e Lakatos e Marconi (2010, 2017) sustenta o delineamento da pesquisa bibliográfica e documental, orientando a sistematização das fontes e a análise crítica dos discursos. Esses autores são fundamentais para garantir o rigor científico e a coerência metodológica da investigação.

A inclusão de dados de fontes institucionais, como o IBGE (2023) e o Ministério da Saúde (2023), permite contextualizar empiricamente as desigualdades raciais contemporâneas, relacionando-as com o legado histórico da escravidão e com as políticas de ação afirmativa defendidas por autores como Munanga (2001).

As obras de Santos (2007, 2020) e Wekker (2016) ajudam a compreender a colonialidade do saber e a necessidade de uma ecologia de saberes, em que o conhecimento afro-brasileiro e quilombola seja reconhecido como legítimo e produtor de novas epistemologias. Essa visão se conecta à proposta de revalorização da identidade negra na construção da nacionalidade.

As referências reunidas formam um corpo teórico sólido que articula história, sociologia, filosofia, educação e direito, fornecendo as bases para uma análise crítica e interdisciplinar. Elas permitem compreender como a figura de Zumbi dos Palmares e o movimento da Consciência Negra se inserem na luta contra o racismo estrutural, na defesa da dignidade humana e na construção de uma identidade brasileira plural, anticolonial e democrática.

2.2. ZUMBI DOS PALMARES E A RESISTÊNCIA À ESCRAVIDÃO

Zumbi dos Palmares emerge como figura central na história da resistência negra no Brasil, sendo reconhecido por sua liderança estratégica e carismática na defesa da autonomia dos quilombolas. Segundo Almeida (2019), sua atuação foi marcada pela contestação ao racismo estrutural que permeava a sociedade colonial, configurando o Quilombo dos Palmares como um espaço de liberdade e organização autônoma. A trajetória de Zumbi revela a importância de líderes que articulam não apenas a resistência armada, mas também a preservação de valores culturais e comunitários, consolidando o quilombo como um exemplo de sociedade alternativa.

A dimensão militar de Zumbi é crucial para compreender a durabilidade do Quilombo dos Palmares, que resistiu a sucessivas investidas coloniais ao longo de décadas. Conforme Amaro et al. (2025), sua estratégia incluía defesa territorial organizada e alianças internas, que garantiam



a proteção dos habitantes frente às expedições punitivas. A resistência armada tornou-se símbolo da luta coletiva contra a opressão, reforçando a autonomia do quilombo e servindo como modelo de autodefesa em contextos de desigualdade extrema.



O Quilombo dos Palmares, sob a liderança de Zumbi, configurou-se como um espaço de experimentação social e política, baseado em princípios de solidariedade e cooperação comunitária. Bento (2022) destaca que essas organizações sociais representavam uma alternativa ao modelo colonial, promovendo inclusão e partilha de recursos entre os quilombolas. A governança interna permitia a manutenção da ordem e do bem-estar coletivo, reforçando a legitimidade de Zumbi como líder visionário e defensor dos valores afro-brasileiros.

Zumbi também atuou como símbolo de resistência cultural, preservando tradições, crenças e práticas herdadas da matriz africana. Azevedo (1987) observa que a valorização da memória cultural dentro dos quilombos constituiu uma forma de resistência à dominação europeia, fortalecendo a identidade negra e criando um espaço de pertencimento e autoestima coletiva. Essa dimensão cultural reforçou o sentido de comunidade e a coesão social, aspectos essenciais para a sobrevivência do quilombo.

A recusa de Zumbi em aceitar acordos com os colonizadores evidencia seu compromisso com a liberdade e a autonomia dos quilombolas. Amaro et al. (2025) afirmam que tais decisões políticas demonstram a coragem de líderes que priorizam princípios de justiça e igualdade acima de concessões temporárias, consolidando sua imagem como defensor intransigente da dignidade humana. Essa postura fortaleceu a resistência interna e manteve o Quilombo dos Palmares como referência de independência.

A filosofia de liderança de Zumbi integrava estratégias militares, políticas e sociais, revelando uma visão complexa de autogoverno. Almeida (2019) destaca que a liderança quilombola não se restringia à força armada, mas incorporava ensino, organização social e manutenção de normas comunitárias. Esse conjunto de ações evidenciou a capacidade de Zumbi em unir diferentes dimensões da vida coletiva, garantindo a coesão e sustentabilidade do quilombo.

O Quilombo dos Palmares representava uma alternativa ao sistema colonial escravocrata, funcionando como modelo de autossuficiência e cooperação. Bento (2022) argumenta que essa experiência social permitia que os quilombolas experimentassem formas de propriedade coletiva, justiça interna e solidariedade, subvertendo a lógica de exploração vigente. Essa estrutura social tornou-se referência para movimentos posteriores de resistência negra no Brasil.

A resistência de Zumbi tinha impacto simbólico e político amplo, sendo uma mensagem constante contra a dominação colonial e o racismo institucionalizado. Amaro et al. (2025)



reforçam que o quilombo não era apenas um refúgio físico, mas também um centro de contestação cultural e ideológica, desafiando a hegemonia branca e afirmando a dignidade negra. Essa dimensão simbólica contribuiu para a construção de narrativas de liberdade na memória histórica brasileira.

A liderança de Zumbi incluiu estratégias de comunicação e mobilização interna, fundamentais para manter a coesão do quilombo. Anderson (2003) ressalta que a disseminação de ideais de resistência e solidariedade entre os membros era essencial para a defesa coletiva, garantindo que todos compartilhassem objetivos e responsabilidades. Essa organização social sofisticada reforçava a resiliência comunitária frente às ameaças externas.

Zumbi também promoveu o fortalecimento das redes interquilombolas, ampliando alianças e recursos para resistir aos ataques coloniais. Almeida (2019) observa que essas redes funcionavam como mecanismo de cooperação e proteção mútua, ampliando a capacidade de sobrevivência dos quilombolas e garantindo intercâmbio de conhecimentos e práticas de resistência. A articulação entre diferentes comunidades reforçava a sustentabilidade do movimento quilombola.

O quilombo liderado por Zumbi oferecia um modelo pedagógico informal, no qual valores éticos e coletivos eram transmitidos através da convivência e da prática social. Azevedo (1987) destaca que a educação dentro do quilombo envolvia ensinamentos sobre história africana, estratégias de sobrevivência e normas comunitárias, criando uma identidade coletiva resistente ao apagamento cultural imposto pelo colonialismo. Esse aspecto pedagógico fortalecia o senso de pertencimento e consciência histórica.

A resistência de Zumbi contribuiu para a consolidação da memória afro-brasileira como elemento político e cultural. Amaro et al. (2025) afirmam que a narrativa quilombola tornou-se base para movimentos posteriores de luta antirracista, servindo como inspiração para a defesa de direitos e liberdade. O reconhecimento dessa memória é crucial para compreender a persistência de práticas de resistência em contextos contemporâneos.

Zumbi também se destacou pela capacidade de articulação diplomática com outras comunidades e grupos marginalizados, buscando fortalecer a autonomia do quilombo sem comprometer sua independência. Bento (2022) observa que tais iniciativas reforçavam alianças estratégicas e ampliavam o alcance político da resistência quilombola, demonstrando a habilidade de Zumbi em equilibrar confrontos e negociações. Essa prática evidenciou seu entendimento profundo das dinâmicas de poder.

O Quilombo dos Palmares funcionou como laboratório social de resistência, mostrando que é possível construir uma sociedade alternativa mesmo em condições adversas. Almeida (2019)



ênfatiza que a combinação de organização militar, coesão comunitária e valores compartilhados tornou o quilombo resiliente frente à repressão colonial. A experiência de Zumbi e sua liderança continua a inspirar estudos sobre resistência, autonomia e justiça social.

A trajetória de Zumbi reafirma a centralidade da luta negra na formação da sociedade brasileira. Amaro et al. (2025) reforçam que o Quilombo dos Palmares simboliza um legado de liberdade e solidariedade, cuja memória transcende o contexto histórico imediato. A análise de sua liderança permite compreender a resistência como fenômeno multidimensional, que articula cultura, política e ética, oferecendo referências fundamentais para o reconhecimento da história afro-brasileira.

2.3. O QUILOMBISMO COMO PROJETO DE EMANCIPAÇÃO COLETIVA



Fonte: <http://www.institutoculturalraizes.org.br/2018/06/quilombos-e-quilombolas.html>. Acesso em 26/10/2025.

O quilombismo se apresenta como uma filosofia política que visa reconstruir a sociedade a partir de valores afro-brasileiros, destacando-se pela centralidade da autonomia, solidariedade e ancestralidade. Segundo Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel (2019), essa perspectiva compreende os quilombos como laboratórios de resistência e espaços de produção de saberes alternativos, subvertendo a lógica colonial. Ao valorizar práticas coletivas e modos de vida próprios, o quilombismo constitui uma ideologia de emancipação social e cultural.

Historicamente, os quilombos funcionaram como refúgios para escravizados em fuga, oferecendo proteção e oportunidades para a construção de relações sociais autônomas. Doty



(1996) observa que essas comunidades eram estruturadas de forma a garantir segurança, sustentabilidade e coesão interna, servindo como modelos de organização política baseada na igualdade e na solidariedade. Essa herança política e cultural inspira movimentos negros contemporâneos, que buscam recuperar memórias e práticas de resistência.

A palavra quilombo, de origem banto, significa acampamento ou fortaleza, e foi empregada pelos portugueses para designar os redutos de resistência formados por escravizados fugitivos. Du Bois (1999) ressalta que essa terminologia evidencia a intencionalidade de criar espaços autônomos, nos quais os negros pudessem exercer direitos de liberdade e autodeterminação. A compreensão do quilombo como espaço de transição entre a escravidão e a liberdade reforça seu caráter de projeto emancipatório.

O Quilombo dos Palmares é exemplar na consolidação de princípios de autogoverno e justiça comunitária, sendo referência para a filosofia quilombista. Calveiro (2012) destaca que sua organização interna refletia práticas de cooperação econômica, social e cultural, garantindo a sustentabilidade da comunidade mesmo frente às investidas coloniais. A liderança de Zumbi e de outros dirigentes permitiu a articulação entre defesa militar e preservação cultural.

O conceito de quilombola vai além da designação histórica, incluindo atualmente os descendentes de comunidades remanescentes que mantêm modos de vida característicos. Bento (2002) argumenta que essa identidade étnica fundamenta a organização social e a ação política coletiva, reforçando a continuidade da tradição quilombola. A valorização dessa herança assegura reconhecimento e legitimidade frente ao Estado e à sociedade.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 e o reconhecimento do Artigo 68 do ADCT constituem marcos legais significativos para a proteção das terras quilombolas. Eslava; Pahuja (2020) afirmam que a legislação representa um avanço na concretização de direitos historicamente negados, permitindo que os remanescentes de quilombo ocupem, possuam e preservem suas terras. Este marco legal insere o quilombismo como elemento estruturante na política de inclusão racial e territorial.

O quilombismo também se manifesta como ideologia pedagógica, transmitindo valores de cooperação, autonomia e solidariedade às gerações futuras. Du Bois (1999) observa que a educação dentro dos quilombos não se limitava ao ensino formal, mas incluía práticas sociais e culturais que fortaleciam a consciência coletiva e a autoestima racial. Essa dimensão pedagógica reforça a noção de resistência cultural como componente da emancipação.

A noção de ancestralidade é central no quilombismo, conectando os descendentes atuais à memória histórica de luta contra a escravidão. Eslava (2019) destaca que essa relação com o passado legitima reivindicações contemporâneas e fortalece a identidade coletiva, oferecendo



referência ética e política para a resistência frente às desigualdades atuais. A ancestralidade funciona como elo entre história e ação presente.

A solidariedade racial, presente nos quilombos, configura um princípio de organização comunitária e de apoio mútuo. Amaro et al. (2025) afirmam que a cooperação entre indivíduos e comunidades era essencial para enfrentar ameaças externas e assegurar a sobrevivência cultural. Essa prática de solidariedade permanece como inspiração para políticas afirmativas e movimentos sociais negros contemporâneos.

Os quilombos representavam também alternativas econômicas ao sistema colonial, combinando agricultura de subsistência, comércio interno e trocas comunitárias. Doty (1996) ressalta que essas estratégias permitiam autonomia econômica e fortaleciam a resiliência frente à exploração externa. A economia solidária dos quilombos reforça o caráter emancipatório do quilombismo, orientado para a autossuficiência.

A autonomia política e territorial dos quilombos demonstrava a viabilidade de formas de organização não subordinadas ao poder colonial. Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel (2019) enfatizam que tais experiências estruturais inspiram movimentos contemporâneos que buscam a construção de alternativas sociais baseadas na justiça e igualdade racial. Essa autonomia permanece como ideal e prática referencial para comunidades negras.

O quilombismo também dialoga com a crítica contemporânea ao racismo estrutural, apontando caminhos de resistência e transformação social. Amaro et al. (2025) indicam que a análise das comunidades quilombolas permite compreender como práticas coletivas e de autogoverno podem enfrentar a marginalização sistêmica, promovendo inclusão e equidade. Essa dimensão política evidencia o quilombo como espaço de insurgência epistêmica e social.

A dimensão cultural do quilombismo valoriza símbolos, saberes e práticas afro-brasileiras, preservando identidades ameaçadas pelo colonialismo. Bento (2002) observa que a cultura quilombola inclui elementos religiosos, linguísticos e artísticos que reforçam o sentimento de pertencimento e a memória coletiva, garantindo continuidade histórica e resistência simbólica. O quilombismo, portanto, transcende a esfera material, consolidando-se como filosofia de vida.

O quilombismo oferece uma matriz teórica e prática para a construção de políticas públicas e ações afirmativas voltadas à população negra. Eslava; Buchely (2019) destacam que a articulação entre memória histórica, identidade étnica e organização comunitária contribui para o fortalecimento político das comunidades remanescentes. O quilombismo permanece como legado vivo de emancipação coletiva, inspirando lutas contemporâneas por justiça social e racial.



2.4. A CONSCIÊNCIA NEGRA E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A Consciência Negra se configura como movimento político, social e educativo que busca combater o apagamento histórico da população negra e promover o reconhecimento de sua identidade. Fanon (2008) ressalta que a valorização da cultura e da história afrodescendente constitui uma forma de resistência contra estruturas coloniais e racistas que persistem na sociedade. Ao reconhecer o papel histórico dos negros, o movimento fortalece processos de inclusão social e equidade racial.

O Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, simboliza a luta por direitos e visibilidade da população negra. González (1988) destaca que essa data não se limita à comemoração, mas representa um momento de reflexão crítica sobre as desigualdades históricas e estruturais que atingem a comunidade afro-brasileira. A celebração promove debate sobre identidade, resistência e protagonismo negro na sociedade contemporânea.

A memória histórica desempenha papel central na construção da Consciência Negra, funcionando como mecanismo de preservação cultural e fortalecimento identitário. Fernandes (1978) argumenta que o resgate das trajetórias de resistência possibilita compreender o processo de integração do negro na sociedade de classes, permitindo a articulação entre passado, presente e projetos futuros. A memória coletiva constitui base para ações políticas e educativas transformadoras.

A representatividade política e social é outro componente essencial da Consciência Negra, oferecendo voz a grupos historicamente marginalizados. Faustino (2020) aponta que a construção de lideranças negras e de espaços de decisão fortalece o engajamento cívico e a autonomia comunitária, combatendo a exclusão institucionalizada. Dessa forma, a luta por reconhecimento transcende o campo simbólico, alcançando efeitos concretos nas políticas públicas.

O reconhecimento da identidade afro-brasileira passa pelo fortalecimento da educação antirracista e da valorização da cultura negra. González (2014) evidencia que práticas pedagógicas que incorporam a história, a religião e as manifestações artísticas afrodescendentes contribuem para a formação de uma consciência crítica e plural. A educação se torna, portanto, instrumento de transformação social e de enfrentamento do racismo estrutural.

A Consciência Negra também atua como meio de desconstrução das narrativas hegemônicas que naturalizam desigualdades. Ezennia (2016) observa que a análise crítica das estruturas jurídicas e institucionais revela mecanismos de exclusão e controle que marginalizam populações negras. Compreender essas estruturas permite articular estratégias de resistência e reivindicação de direitos, fortalecendo a autonomia social.



O movimento promove a valorização do legado histórico de figuras centrais da resistência negra, como Zumbi dos Palmares, ampliando o repertório simbólico de luta. Fanon (2008) enfatiza que o reconhecimento de heróis históricos contribui para a construção de autoestima coletiva e para a afirmação de identidades subalternizadas. A apropriação desse legado fortalece a coesão social e a luta por justiça racial.

A Consciência Negra se articula também com movimentos globais de combate ao racismo, inserindo a experiência brasileira em um contexto internacional. Fitzpatrick (1992) destaca que a luta contra a opressão racial não é isolada, mas se conecta a processos históricos e contemporâneos de colonização e desigualdade estrutural em diferentes partes do mundo. Essa perspectiva amplia a dimensão política do movimento e seu alcance estratégico.

O fortalecimento da cultura afro-brasileira é fundamental para a consolidação da Consciência Negra, englobando linguagem, música, dança e tradições religiosas. González (1984) aponta que tais práticas culturais funcionam como formas de resistência simbólica e pedagogia social, permitindo a transmissão de valores e saberes que consolidam a identidade coletiva. O reconhecimento cultural fortalece o protagonismo negro.

A articulação entre memória histórica e ação política constitui um eixo central para o impacto social do movimento. Foucault (2007) ressalta que a compreensão das relações de poder e conhecimento possibilita a elaboração de estratégias de enfrentamento das desigualdades. Ao combinar reflexão histórica e intervenção social, a Consciência Negra transforma contextos de marginalização em oportunidades de emancipação coletiva.

A promoção da igualdade racial por meio da Consciência Negra envolve o enfrentamento do racismo estrutural em múltiplas dimensões, como trabalho, educação e saúde. Ezennia (2016) destaca que a sistematização de dados e políticas públicas voltadas à população negra é essencial para combater a desigualdade histórica e estrutural, evidenciando a relação entre conhecimento e transformação social. Assim, a Consciência Negra torna-se instrumento de justiça.

O engajamento comunitário e a mobilização social são estratégias centrais do movimento, permitindo a articulação entre demandas locais e políticas públicas. Faustino (2020) observa que a participação ativa em organizações, associações e conselhos fortalece a voz coletiva e amplia a capacidade de influência política da população negra. A mobilização social reforça a dimensão prática da Consciência Negra.

A reflexão sobre representatividade e protagonismo reforça a importância da diversidade e da inclusão em espaços de decisão. Foucault (2005) argumenta que o poder é exercido também por meio de práticas discursivas, sendo essencial que comunidades historicamente marginalizadas



ocupem posições estratégicas para transformar a sociedade. A Consciência Negra, nesse sentido, se constitui em instrumento de empoderamento coletivo.

A Consciência Negra como movimento social e educativo articula memória, cultura, política e educação em um projeto contínuo de transformação. Fernandes (1978) enfatiza que reconhecer o valor histórico e social da população negra permite não apenas reparar injustiças passadas, mas também consolidar bases sólidas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O movimento fortalece identidades, amplia direitos e promove mudanças estruturais.

2.5. O RACISMO ESTRUTURAL E A COLONIALIDADE DO PODER

O racismo estrutural no Brasil é uma herança direta do período colonial, marcando profundamente as relações sociais, políticas e econômicas da sociedade contemporânea. Ramos (2021) destaca que as práticas discriminatórias e violentas contra a população negra são sistemáticas, configurando um padrão de exclusão que atravessa gerações. Essa lógica estrutural se manifesta tanto em instituições públicas quanto em espaços privados, perpetuando desigualdades históricas.

A colonialidade do poder constitui um conceito central para compreender a organização social hierárquica no Brasil, em que corpos e saberes negros são subalternizados. Santos (2007) afirma que a colonialidade ultrapassa o domínio territorial e político, estendendo-se à epistemologia e à produção de conhecimento, configurando uma forma de violência simbólica e cultural. Essa perspectiva decolonial evidencia como a supremacia branca se naturalizou ao longo dos séculos.

As práticas racistas não se limitam a atos isolados, mas estão incorporadas às estruturas institucionais que moldam a vida social. Schwarcz (1993) evidencia que cientistas e instituições, desde o período imperial, participaram da construção de narrativas que justificavam a desigualdade racial, consolidando estereótipos que ainda influenciam percepções e políticas. Assim, a desigualdade racial encontra suporte em tradições culturais e acadêmicas.

O racismo estrutural atua na economia, determinando o acesso desigual a empregos, renda e oportunidades. Silva (2019) argumenta que a exclusão sistemática da população negra do capital social e econômico perpetua ciclos de pobreza e marginalização, reforçando a ideia de que a posição social é determinada pela cor da pele. A análise econômica evidencia a continuidade das estruturas coloniais de dominação.

No campo político, a população negra enfrenta barreiras históricas para participar e influenciar decisões. Schmitt (2015) ressalta que a definição do político envolve a distinção entre amigos e inimigos, e que a racialização da política brasileira excluiu sistematicamente os negros



das arenas de poder. Essa exclusão impacta diretamente a formulação de políticas públicas e a implementação de direitos sociais.

A educação também reproduz padrões de desigualdade racial, ao desvalorizar saberes afro-brasileiros e favorecer narrativas eurocêntricas. Santos (2020) observa que a pedagogia dominante frequentemente reforça hierarquias sociais e raciais, mantendo silenciados conhecimentos e experiências negros. A conscientização sobre essas práticas é essencial para a construção de uma educação antirracista e inclusiva.

O racismo estrutural manifesta-se ainda na violência institucional e policial, que afeta de forma desproporcional comunidades negras. Ramos (2021) evidencia que homicídios, encarceramento e discriminação no sistema judicial seguem padrões raciais consistentes, revelando a brutalidade com que o Estado mantém a ordem social. Essa realidade demanda estratégias de proteção e políticas de equidade racial.

A colonialidade do poder está intimamente ligada à produção de leis e normas que favorecem determinados grupos em detrimento de outros. Wekker (2016) argumenta que o direito e as políticas públicas muitas vezes reproduzem privilégios históricos, operando como mecanismos de manutenção da supremacia branca. Compreender essa lógica é fundamental para implementar mudanças estruturais.

O racismo estrutural também se manifesta na cultura e nos meios de comunicação, que contribuem para a naturalização da discriminação. Schwarcz (1993) aponta que imagens, estereótipos e discursos midiáticos reforçam preconceitos e invisibilizam a contribuição histórica da população negra, moldando percepções sociais de forma sutil e persistente. A mídia desempenha, portanto, papel central na manutenção ou subversão do racismo.

No contexto econômico contemporâneo, o empreendedorismo negro enfrenta desafios estruturais significativos. Sebrae (2023) destaca que barreiras históricas ao acesso a crédito, mercados e redes de influência dificultam o crescimento sustentável de negócios conduzidos por afrodescendentes, perpetuando desigualdades de oportunidade. Políticas de incentivo e inclusão são essenciais para superar tais entraves.

A teoria da colonialidade do poder permite compreender que a opressão racial não é apenas social ou econômica, mas atravessa dimensões simbólicas e epistemológicas. Santos (2007) explica que o pensamento abissal cria fronteiras entre saberes valorizados e marginalizados, configurando uma lógica de exclusão que se perpetua na academia, na política e na sociedade. A decolonialidade propõe, assim, estratégias de resistência e transformação.

A saúde pública revela impactos diretos do racismo estrutural, com desigualdades no acesso a serviços e tratamentos. Silva (2019) observa que a população negra sofre taxas mais altas



de mortalidade e menor acesso a cuidados adequados, evidenciando a relação entre opressão histórica e vulnerabilidade contemporânea. Reconhecer essas disparidades é condição necessária para políticas de equidade e justiça social.

O racismo estrutural se manifesta ainda na dimensão simbólica e cultural, ao construir hierarquias de valor entre etnias. Wekker (2016) afirma que o imaginário social colonial produz uma moralidade racializada, na qual corpos negros são desvalorizados e corpos brancos, idealizados. Essa percepção influencia relações cotidianas e molda padrões de comportamento social.

Compreender o racismo estrutural e a colonialidade do poder é fundamental para a construção de estratégias de transformação social e política. Ramos (2021) destaca que o enfrentamento da discriminação racial exige reconhecimento histórico, análise crítica das instituições e ação coletiva organizada. Somente a partir dessa articulação é possível promover igualdade efetiva e justiça racial na sociedade brasileira contemporânea.

2.6. EDUCAÇÃO, CULTURA E IDENTIDADE AFRO-BRASILEIRA



A educação desempenha papel central na formação da identidade nacional, sendo um instrumento estratégico para o reconhecimento da herança africana no Brasil.



Guerreiro Ramos (1957) ressalta que a sociologia crítica evidencia como processos educacionais podem reproduzir desigualdades ou fomentar a emancipação de grupos historicamente marginalizados.

A promoção de uma educação que valorize a cultura afro-brasileira contribui para a construção de cidadãos conscientes e engajados socialmente.

O ensino da história e cultura afro-brasileira, consolidado pela Lei 10.639/2003, representa avanço significativo na valorização da contribuição negra à formação do país. Heidemann (2010) argumenta que políticas públicas de educação precisam integrar conteúdos culturais diversificados para transformar efetivamente a sociedade. A implementação dessa legislação oferece oportunidades para que estudantes compreendam a pluralidade histórica e cultural do Brasil, fortalecendo a identidade coletiva.

Simone Helen Drumond Ischkanian (2025): A autora destaca que a educação afro-brasileira deve ser entendida como instrumento de emancipação cultural, pois ao integrar a história, os saberes e as práticas comunitárias negras ao currículo escolar, promove a construção de uma identidade plural e fortalece a autoestima de crianças e jovens em contextos historicamente marcados pelo racismo estrutural.

Gladys Nogueira Cabral (2025): Cabral enfatiza que a valorização da cultura afro-brasileira nas escolas e espaços educativos contribui para a formação de cidadãos críticos, capazes de reconhecer e combater desigualdades raciais, ao mesmo tempo em que fortalece o vínculo com tradições, narrativas históricas e expressões artísticas da população negra.

Marcos Aurélio dos Santos Freitas (2025): Santos Freitas argumenta que a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e antirracistas é essencial para que estudantes negros se percebam representados nos conteúdos escolares, construindo consciência histórica e promovendo a resistência cultural diante das exclusões e invisibilizações que atravessam a sociedade brasileira.

Silvana Nascimento de Carvalho (2025): Carvalho aponta que a educação deve assumir um papel ativo na preservação e disseminação dos saberes afro-brasileiros, reconhecendo a ancestralidade e a diversidade como fundamentos essenciais para a formação de identidades sociais e culturais integradas, capazes de resistir às estruturas de dominação racial.

Gabriel Nascimento de Carvalho (2025): O autor enfatiza que o ensino da história e cultura afro-brasileira precisa transcender a mera formalidade curricular, incorporando experiências vivenciais, memória coletiva e expressões culturais, de modo que a aprendizagem contribua para a construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente de sua pluralidade histórica.



Sandro Garabed Ischkanian (2025): Ischkanian destaca que a educação antirracista deve ser compreendida como processo contínuo de valorização da diversidade cultural e construção de identidades, considerando o impacto das práticas escolares na formação de sujeitos críticos, capazes de questionar hierarquias sociais e contribuir para a transformação da sociedade.

Celine Maria de Sousa Azevedo (2025): Azevedo ressalta que reconhecer e integrar as manifestações culturais afro-brasileiras no ambiente educativo fortalece o sentimento de pertencimento, permitindo que estudantes negros compreendam a importância histórica de suas raízes e construam identidades fundamentadas no respeito, na memória e na solidariedade comunitária.

Ana Luzia Amaro (2025): Amaro afirma que a educação e a valorização da cultura afro-brasileira devem ser articuladas como instrumentos de empoderamento social, uma vez que promovem a conscientização crítica sobre desigualdades, incentivam a resistência simbólica e consolidam a participação ativa dos afrodescendentes na vida pública e cultural do país.

Dilani da Cruz MC Comb (2025): MC Comb evidencia que as práticas pedagógicas que incorporam a história, os saberes e as expressões culturais negras possibilitam a construção de uma identidade afro-brasileira sólida, fortalecendo laços comunitários, promovendo justiça social e criando espaços educativos capazes de transformar narrativas historicamente excludentes.

A educação antirracista é fundamental para desconstruir estereótipos e preconceitos que permeiam o cotidiano escolar. Ischkanian et al. (2023) enfatizam que a análise crítica das trajetórias de crianças negras possibilita a identificação de mecanismos de exclusão e a construção de estratégias pedagógicas libertadoras. O ambiente escolar, portanto, torna-se espaço de resistência simbólica e política, contribuindo para a formação de consciência crítica desde a infância.

A cultura afro-brasileira se manifesta em múltiplas dimensões, incluindo música, dança, religião, culinária e linguagem. Kilomba (2019) ressalta que tais expressões são veículos de memória e resistência, permitindo que a população negra reconstrua narrativas historicamente silenciadas. A valorização cultural fortalece vínculos comunitários e promove o reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo da sociedade.

O ensino da história afro-brasileira não deve se limitar à transmissão de fatos, mas incluir a análise crítica das relações de poder e desigualdade. Ischkanian (2011) destaca que a pedagogia decolonial propõe a problematização das narrativas oficiais, incentivando estudantes a questionar



e reinterpretar o passado. Dessa forma, a escola se torna espaço de produção de conhecimento transformador, capaz de ampliar a compreensão social e cultural.

A formação de professores com perspectiva antirracista é essencial para a efetividade das políticas educacionais. Ischkanian (2011) argumenta que a capacitação docente deve contemplar conteúdos históricos, sociológicos e culturais que reflitam a pluralidade étnico-racial do Brasil. Professores conscientes de sua função social podem articular saberes curriculares com experiências de vida, promovendo equidade e inclusão.

O racismo estrutural impacta diretamente o desempenho educacional de crianças e jovens negros. IBGE (2023) demonstra que a desigualdade de oportunidades afeta o acesso à educação de qualidade, resultando em evasão escolar precoce e menor aproveitamento acadêmico. Reconhecer e enfrentar esses obstáculos é fundamental para construir políticas públicas que promovam justiça social e igualdade de oportunidades.

As práticas pedagógicas voltadas à valorização da cultura afro-brasileira fortalecem a autoestima e identidade dos estudantes negros. Ischkanian et al. (2023) evidenciam que a inclusão de conteúdos que representem a experiência negra contribui para a construção de pertencimento e reconhecimento social. Essa abordagem educativa vai além do conhecimento histórico, atuando na formação integral do indivíduo.

A educação transcende a escola formal, envolvendo comunidades e famílias na transmissão de saberes culturais. Kilomba (2019) aponta que a memória oral, rituais e práticas comunitárias são essenciais para manter viva a identidade afro-brasileira. Assim, a cultura se constitui como espaço de resistência e valorização de experiências coletivas, fortalecendo vínculos intergeracionais.

A interdisciplinaridade é uma estratégia importante na construção de currículos que promovam a consciência étnico-racial. Ischkanian (2011) afirma que integrar história, sociologia, artes e literatura permite compreender a complexidade das relações raciais e culturais no Brasil. Essa abordagem amplia horizontes epistemológicos e sensibiliza os estudantes para a diversidade de perspectivas.

O Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, assume papel pedagógico e simbólico relevante. Ischkanian (2011) observa que a data promove reflexão sobre a contribuição histórica dos negros, reforçando a importância da representatividade e do reconhecimento cultural. A celebração fortalece a narrativa da resistência e destaca o papel da memória na formação da identidade nacional.

A inclusão da cultura afro-brasileira no currículo escolar enfrenta desafios decorrentes de preconceitos institucionais e resistência social. Kilomba (2019) ressalta que a marginalização de

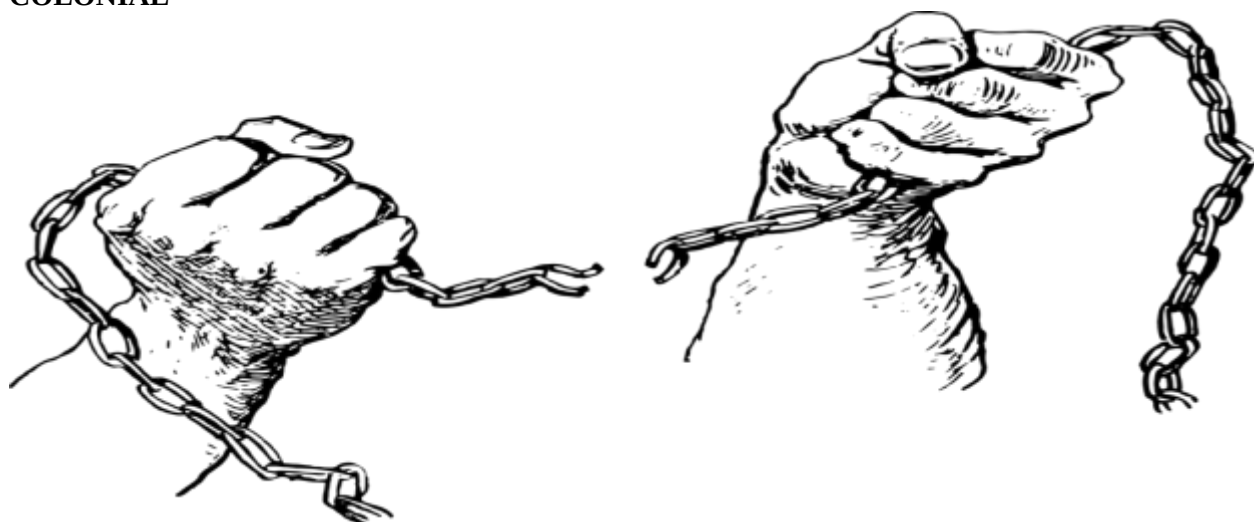


saberes negros reflete a persistência de hierarquias coloniais no campo educacional. Superar essas barreiras exige ação política, mobilização comunitária e compromisso das instituições escolares.

O ensino crítico da cultura afro-brasileira contribui para a construção de uma sociedade mais justa e plural. Guerreiro Ramos (1957) aponta que a sociologia aplicada à educação permite identificar padrões de exclusão e formular estratégias de transformação social. Essa abordagem pedagógica propicia desenvolvimento de cidadãos conscientes e comprometidos com a equidade.

A valorização da herança africana na educação é decisiva para consolidar a identidade afro-brasileira e fortalecer o tecido social. Heidemann (2010) enfatiza que políticas educacionais inclusivas e culturalmente sensíveis ampliam oportunidades de participação e empoderamento social. O reconhecimento da diversidade cultural como parte do projeto nacional promove coesão, justiça e resiliência coletiva.

2.7. A ESCRAVIDÃO NO BRASIL TEVE INÍCIO NO SÉCULO XVI, DURANTE O PERÍODO COLONIAL



A escravidão no Brasil iniciou-se no século XVI como prática sistemática de exploração de trabalhadores africanos forçados, removidos à força de seus territórios originais e transportados em condições desumanas nos navios negreiros, transformando o país em um espaço marcado por violência, coerção e opressão. Essa experiência histórica moldou profundamente a sociedade brasileira, criando desigualdades sociais que se perpetuam até hoje, refletindo mecanismos de exclusão racial e econômica (Nascimento, 1978). A utilização de mão-de-obra escravizada constituiu-se não apenas como instrumento de produção, mas como pilar estrutural do poder colonial, sendo fundamental para a expansão territorial e o desenvolvimento de latifúndios e engenhos.

Os escravizados desempenhavam funções múltiplas, desde o trabalho extenuante nos campos de produção agrícola até atividades urbanas como “escravos de ganho”, que incluíam serviços comerciais e domésticos. Nessas ocupações, a exploração econômica se intensificava,



uma vez que toda a produção era apropriada pelos senhores e nenhum tipo de remuneração era concedida, reforçando o controle social e a dependência econômica (Mombaça, 2021). Além disso, a vida cotidiana desses indivíduos estava permeada por vigilância constante e punições severas, configurando uma experiência de opressão sistemática.

A violência aplicada aos escravizados manifestava-se por castigos físicos, humilhações e restrições à liberdade de movimento, criando um regime de terror institucionalizado que objetivava manter a obediência e a subordinação. De acordo com Patterson (2020), as chibatadas, o uso de correntes e outros métodos de coerção eram estratégias centrais de manutenção do sistema escravista, impactando negativamente a integridade física e emocional dos indivíduos. As mulheres negras sofreram ainda mais intensamente, sendo vítimas recorrentes de abuso sexual e exploração, evidenciando a dimensão de gênero da opressão.

Apesar das condições adversas, a população negra africana resistiu de formas múltiplas, incluindo fugas, revoltas e a preservação de práticas culturais, que se tornaram instrumentos de sobrevivência e afirmação identitária. Mombaça (2021) argumenta que a resistência não se limitou a confrontos armados, mas incluiu a manutenção de tradições, línguas e redes de solidariedade, fortalecendo laços comunitários que possibilitaram a construção de espaços de liberdade dentro da lógica do quilombismo. A resistência demonstrou a capacidade de adaptação e a busca contínua por autonomia frente à opressão.

Os quilombos surgiram como organizações de resistência política, social e econômica, constituindo territórios de refúgio e experimentação de formas alternativas de vida. Segundo Nascimento (1980), essas comunidades se estruturaram com base em princípios de cooperação, solidariedade e gestão coletiva, contrastando radicalmente com os modelos hierárquicos e exploratórios dos engenhos e fazendas coloniais. Os quilombos representaram, assim, a articulação de práticas de liberdade e resistência cultural que desafiavam o poder colonial.

Zumbi nasceu em 1665 em território alagoano, em uma região vinculada à tradição guerreira de seu povo, e desde cedo enfrentou a violência da captura e do catecismo forçado. Munanga (2001) destaca que a formação de Zumbi refletiu uma tensão entre a imposição colonial de valores europeus e a preservação das referências culturais africanas, que mais tarde se tornariam centrais para sua liderança no Quilombo dos Palmares. Sua infância marcou a intersecção entre dominação externa e herança cultural própria.

Após ser entregue ao padre Antônio Melo, Zumbi recebeu educação formal em português e latim, mas ao fugir aos 15 anos e retornar ao Quilombo dos Palmares, reencontrou suas raízes e assumiu uma trajetória de liderança que integrava estratégia militar, política e filosófica. Patterson (2020) observa que essa dualidade de formação permitiu que Zumbi articulasse resistência armada



com capacidade de organização comunitária, consolidando a autonomia quilombola. Sua liderança marcou um período de fortalecimento interno e expansão do território.



Em 1675, a primeira tentativa de invasão portuguesa ao Quilombo dos Palmares colocou Zumbi em evidência como defensor da liberdade de seu povo, demonstrando coragem e habilidade estratégica. Mombaça (2021) enfatiza que a resistência quilombola se estruturava em conhecimento do território, mobilização coletiva e solidariedade, elementos que viabilizaram a sobrevivência da comunidade frente a forças superiores militarmente. Esse episódio reforçou a imagem de Palmares como reduto de resistência intransigente.

O conflito com Ganga Zumba em 1678 marcou a ascensão de Zumbi à liderança plena do quilombo, consolidando uma gestão baseada em princípios de autonomia e proteção da coletividade. Mutua (2016) ressalta que a tomada do poder por Zumbi exemplifica a importância do exercício da autoridade legítima para garantir a continuidade de projetos de emancipação coletiva em contextos de opressão extrema. Sua liderança promoveu a organização interna e a disciplina necessária para enfrentar ameaças externas.

Durante o período de liderança de Zumbi, estima-se que o Quilombo dos Palmares atingiu cerca de 20 mil habitantes distribuídos em onze povoados, revelando a complexidade administrativa e social do território. Munanga (2001) argumenta que a densidade populacional e a diversidade de atividades econômicas evidenciam a capacidade de planejamento e coesão social da comunidade, que funcionava como modelo de governança alternativa à estrutura colonial. A gestão coletiva permitiu a sustentabilidade e a resistência prolongada do quilombo.

As expedições enviadas pela Coroa portuguesa, embora numerosas, falharam repetidamente devido às dificuldades geográficas e à resiliência dos quilombolas. Nascimento (1982) observa que essas operações militares demonstraram a subestimação do conhecimento local e das estratégias de resistência cultural, mostrando que a preservação da autonomia quilombola não dependia apenas de armas, mas também de coesão social e saberes ancestrais. Essa persistência consolidou Palmares como símbolo da resistência negra.

Em 1694, a invasão liderada por Domingos Jorge Velho trouxe confrontos intensos que culminaram na fuga de Zumbi, que permaneceu escondido até ser localizado e morto. Mutua e Anghie (2000) indicam que a perseguição e eliminação de líderes quilombolas refletiam a tentativa do poder colonial de neutralizar qualquer ameaça à ordem escravista, ilustrando o caráter estratégico da violência institucionalizada contra populações negras. A morte de Zumbi representou tanto um golpe quanto a preservação de seu legado simbólico.

Zumbi é reconhecido como um dos maiores líderes da história brasileira, não apenas por sua resistência militar, mas por sua luta em prol da liberdade religiosa, cultural e social da



população negra. Pires (2019) enfatiza que sua trajetória inspira movimentos contemporâneos de afirmação racial, demonstrando que a memória histórica atua como instrumento de transformação social e política. A figura de Zumbi transcende o tempo, simbolizando a luta contínua por direitos e reconhecimento.



A organização do Quilombo dos Palmares configurou-se como ameaça concreta ao poder colonial e ao sistema escravista, promovendo a existência de alternativas sociais e políticas que desafiavam a dominação europeia. Nascimento (1981) destaca que a memória quilombola e a luta de Zumbi foram fundamentais para a construção da identidade negra no Brasil e, após anos de reivindicação do Movimento Negro, culminaram na instituição do Dia da Consciência Negra em 20 de novembro, perpetuando a resistência como marco histórico e cultural.

2.8. PENSAR E REPENSAR A HISTÓRIA

“No Brasil, há registros de fugitivos no Recôncavo da Bahia e na Capitania de Pernambuco – iniciais áreas de colonização e escravidão africana atlântica – desde o final do século XVI. As primeiras notícias de *Palmares* – uma das mais importantes comunidades de africanos fugitivos das Américas – surgem nas últimas décadas do século XVI. (...) Os palmaristas (como eram denominados nas fontes lusitanas) resistiram a inúmeras tropas oficiais enviadas por portugueses e neerlandeses (durante a ocupação destes no nordeste em meados do século XVII) e também expedições punitivas preparadas por fazendeiros locais, que cada vez mais se sentiam prejudicados. Liderados por Ganga-Zumba e depois Zumbi – tinham uma complexa organização econômica, militar e política”. GOMES, Flávio dos Santos (Org.) *Mocambos de Palmares: histórias e fontes* (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro, 7 Letras, 2010, p. 7.

A partir da leitura do texto e de acordo com seus conhecimentos sobre resistência escrava no Brasil colonial, assinale a alternativa correta.

(A) Palmares foi, sem dúvida, o maior quilombo existente no Brasil escravista. No entanto, não conseguiu alcançar o seu objetivo principal: acabar com a escravidão e o tráfico de africanos no Atlântico sul e formar uma nação de negros livres.

(B) Os quilombos foram uma das expressões de resistência africana à escravidão no Brasil e, embora fossem fugitivos, os quilombolas não estavam isolados da sociedade colonial e interagiam com moradores e comerciantes das vilas próximas, para quem vendiam seus excedentes agrícolas e adquiriam armas e munições.



(C) Palmares representou para as autoridades coloniais e os proprietários de escravos um símbolo de rebeldia que deveria ser destruído. Porém as incursões militares não surtiram o efeito esperado e o quilombo continuou crescendo até o fim do período colonial sob a liderança de Zumbi.

(D) As fugas e a formação de quilombos foram as principais formas de resistência à escravidão no período colonial, tendo em vista que a luta cotidiana contra o cativo (como fingir estar doente, danificar ferramentas ou fazer corpo mole) não incomodavam os senhores, pois os castigos físicos garantiam a exploração do trabalho escravo.

(E) As expedições bandeirantes, em fins do século XVII, destruíram Palmares e puseram fim à experiência quilombola no Brasil. A partir de então, escravos fugitivos deixaram de se organizar em quilombos, temendo a ação militar das autoridades coloniais.

O documento abaixo foi redigido pelo governador de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, em 18 de agosto de 1694, para comunicar ao Rei de Portugal a tomada da Serra da Barriga.

“ (...) Não me parece dilatar a Vossa Majestade da gloriosa restauração dos Palmares, cuja feliz vitória senão avalia por menos que a expulsão dos holandeses, e assim foi festejada por todos estes povos com seis dias de luminárias. (...) Os negros se achando de modo poderosos que esperavam o nosso exército metidos na serra (...), fiando-se na aspereza do sítio, na multidão dos defensores. (...) Temeu-se muito a ruína destas Capitâneas quando à vista de tamanho exército e repetidos socorros como haviam ido para aquela campanha deixassem de ser vencidos aqueles rebeldes pois imbativelmente se lhes unir-se os escravos todos destes moradores (...)”.

(Décio Freitas, República de Palmares – pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII. Maceió: UFAL, 2004, p. 129.)

Sobre o documento acima e seus significados atuais, é correto afirmar que:

(A) Foi escrito por uma autoridade da Coroa na colônia e tem como principal conteúdo a comemoração da morte de Zumbi dos Palmares. A data de 20 de novembro, como referência ao líder do quilombo, tem uma conotação simbólica para a população negra em contraponto à visão oficial do 13 de maio de 1888.

(B) O feito da tomada de Palmares, em 1694, pelos exércitos da Coroa, é entendido como menos glorioso quando comparado à expulsão dos holandeses de Pernambuco, em 1654. Os dois eventos históricos não têm o mesmo apelo para a formação da sociedade brasileira na atualidade.



(C) O texto de Caetano de Melo e Castro indica que Palmares não gerou temor às estruturas coloniais da Capitania de Pernambuco. A comemoração oficial do Dia da Consciência Negra é uma invenção política do período recente.



(D) O Quilombo de Palmares representou uma ameaça aos poderes coloniais, já que muitos eram os rebeldes que se organizavam ou se aliavam ao quilombo. A data é celebrada, na atualidade, como símbolo da resistência pelos movimentos negros.

Leia o texto abaixo:

[...] O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes, surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, constituindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava. (MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. Editora Conquista, Rio de Janeiro, 1972, p. 87.)

A respeito da história dos quilombos no Brasil, considere as seguintes afirmativas:

1. Foi uma forma de organização dos escravos libertos, que não encontraram lugar na sociedade brasileira pós-abolição.
2. O quilombo marcou sua presença durante todo o período escravista, existindo praticamente em toda a extensão do território nacional.
3. Sua estrutura social respondia a uma lógica particularmente militar, que visava desestabilizar a estrutura social dos senhores de escravos.
4. A quilombolagem se constituiu na unidade básica de resistência, fruto das contradições estruturais do sistema escravista, e sua dinâmica refletia a negação desse sistema.

- (A) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
(B) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
(C) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
(D) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
(E) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.



Análise de que maneira a escravidão no Brasil moldou profundamente as estruturas sociais, econômicas e culturais do país, considerando o impacto da exploração sistemática de trabalhadores africanos forçados, e como essa experiência histórica contribuiu para a perpetuação de desigualdades que ainda se manifestam na sociedade contemporânea. (Simone Helen Drumond Ischkanian, 2025)

Discuta o papel dos escravizados urbanos, conhecidos como “escravos de ganho”, na dinâmica econômica das cidades coloniais, explorando como suas funções, apesar de diversas, reforçavam a dependência econômica e o controle social exercido pelos senhores. (Gladys Nogueira Cabral, 2025)

Explique de que forma a violência física, psicológica e de gênero aplicada aos escravizados servia para manter a obediência e a subordinação, e como essas práticas estruturais de opressão moldaram relações sociais hierarquizadas e duradouras. (Marcos Aurélio dos Santos Freitas, 2025)

Análise como a resistência cultural e comunitária dos africanos escravizados, incluindo a preservação de tradições, línguas, saberes e práticas familiares, funcionou como mecanismo de sobrevivência e afirmação identitária frente ao sistema escravista. (Silvana Nascimento de Carvalho, 2025)

Explore o surgimento dos quilombos como territórios de resistência política, social e econômica, e explique como essas comunidades se estruturavam de maneira autônoma, valorizando cooperação, solidariedade e gestão coletiva. (Gabriel Nascimento de Carvalho, 2025)

Examine a infância e juventude de Zumbi, considerando o contato com a cultura europeia e a preservação das referências culturais africanas, e como essa combinação contribuiu para sua formação como líder estratégico e visionário. (Sandro Garabed Ischkanian, 2025)

Discuta a importância da educação formal de Zumbi, incluindo o aprendizado da língua portuguesa e do latim, para a construção de sua capacidade de organização comunitária e articulação política dentro do Quilombo dos Palmares. (Celine Maria de Sousa Azevedo, 2025)

Análise a primeira resistência de Zumbi contra as tropas portuguesas e a forma como a mobilização coletiva, o conhecimento do território e a solidariedade interna permitiram a sobrevivência do quilombo diante de forças militares superiores. (Ana Luzia Amaro, 2025)

Explore o conflito entre Zumbi e Ganga Zumba e como esse episódio reforçou a necessidade de liderança legítima para manter a coesão social e a continuidade do projeto de emancipação coletiva dentro do quilombo. (Dilani da Cruz MC Comb, 2025)

Avalie a complexidade administrativa e social do Quilombo dos Palmares durante a liderança de Zumbi, considerando a organização dos povoados, a densidade populacional e a



diversidade de atividades econômicas, e como esses fatores contribuíram para a sustentabilidade da comunidade. (Simone Helen Drumond Ischkanian, 2025)



Analise por que as expedições da Coroa portuguesa falharam repetidamente, destacando a importância do conhecimento local, da coesão social e da resistência cultural para a preservação da autonomia quilombola. (Gladys Nogueira Cabral, 2025)

Discuta o significado da invasão de Domingos Jorge Velho, os confrontos intensos e a morte de Zumbi, refletindo sobre como a repressão colonial buscava neutralizar ameaças, mas ao mesmo tempo consolidava o legado simbólico da resistência. (Marcos Aurélio dos Santos Freitas, 2025)

Examine o papel de Zumbi como figura histórica central na construção da consciência negra, refletindo sobre sua luta por liberdade cultural, religiosa e social, e como essa trajetória inspira movimentos de afirmação racial contemporâneos. (Silvana Nascimento de Carvalho, 2025)

Explore a forma como o Quilombo dos Palmares se constituiu como alternativa política e social ao modelo colonial, promovendo autonomia, solidariedade e práticas de autogestão que desafiavam a estrutura escravista. (Gabriel Nascimento de Carvalho, 2025)

Analise a relação entre memória histórica e movimentos de afirmação racial, destacando como a instituição do Dia da Consciência Negra contribui para a valorização da identidade afro-brasileira e para a preservação da memória de resistência. (Sandro Garabed Ischkanian, 2025)

Discuta a influência da resistência quilombola na preservação de tradições culturais africanas, nas práticas comunitárias e na construção da identidade afro-brasileira ao longo da história. (Celine Maria de Sousa Azevedo, 2025)

Examine como a trajetória de liderança de Zumbi pode ser compreendida como modelo de organização coletiva, estratégia política e resistência em contextos de opressão extrema. (Ana Luzia Amaro, 2025)

Analise a importância da educação, da cultura e da formação política para a consolidação do Quilombo dos Palmares como território de liberdade e resistência social, considerando a autonomia conquistada pelos quilombolas. (Dilani da Cruz MC Comb, 2025)

Explore de que maneira a escravidão estrutural e a exploração econômica moldaram as desigualdades raciais e sociais no Brasil, tomando como referência o Quilombo dos Palmares e a resistência negra como instrumentos de transformação histórica. (Simone Helen Drumond Ischkanian, 2025)

Discuta como a memória histórica de Zumbi e a organização do Quilombo dos Palmares oferecem subsídios para compreender o papel da resistência negra na construção da identidade nacional brasileira e na luta por direitos e reconhecimento. (Gladys Nogueira Cabral, 2025)



2.9. CONSCIÊNCIA NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A inserção da temática da consciência negra na educação infantil representa um passo essencial para o reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial desde os primeiros anos de formação, promovendo o respeito à história, cultura e identidade afro-brasileira. (Ischkanian, 2011) Essa abordagem educativa busca superar preconceitos enraizados e estimular a empatia, a inclusão e o fortalecimento da autoestima de crianças negras e não negras, preparando-as para compreender e transformar a sociedade.

A compreensão do racismo estrutural e de suas manifestações cotidianas na escola é fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem os saberes afro-brasileiros. (Munanga, 2001) Ao trabalhar a consciência negra na infância, educadores podem desconstruir estereótipos, ampliar horizontes culturais e criar ambientes em que a diversidade seja vivida como enriquecedora, e não como barreira social.

A história da população negra no Brasil, marcada por resistência e luta, precisa ser apresentada de maneira significativa às crianças, de modo a gerar pertencimento e consciência crítica. (Nascimento, 1978) A educação infantil tem papel crucial na construção da identidade, permitindo que as crianças percebam o legado de lideranças, movimentos e práticas culturais que desafiaram a opressão ao longo dos séculos.

O uso de materiais pedagógicos e narrativas que contemplem figuras históricas, como Zumbi dos Palmares, contribui para tornar concreta a história da resistência negra. (Mombaça, 2021) Esses recursos permitem que a aprendizagem seja experiencial, tornando perceptíveis valores de solidariedade, coragem e autonomia que historicamente permearam as comunidades quilombolas e afro-brasileiras.

A valorização da cultura afro-brasileira na escola infantil deve incluir manifestações artísticas, música, dança, culinária e literatura, oferecendo uma visão plural da sociedade. (Pires, 2019) Essa abordagem amplia a percepção das crianças sobre a riqueza cultural negra e reforça a ideia de que a diversidade é elemento central para a construção de uma convivência democrática e respeitosa.

A pedagogia antirracista na infância incentiva a reflexão crítica sobre desigualdades e preconceitos, promovendo habilidades socioemocionais como empatia, respeito e cooperação. (Paterson, 2020) Ao inserir discussões sobre racismo, discriminação e resistência de forma apropriada à faixa etária, educadores contribuem para a formação de cidadãos conscientes e engajados na promoção da justiça social.

A abordagem da consciência negra também permite a problematização de imagens, livros e representações midiáticas que reforçam estereótipos negativos. (Nascimento, 1982) O trabalho



pedagógico inclui questionamentos sobre representatividade, identidade e pertencimento, criando um ambiente seguro para que as crianças expressem suas percepções e emoções sobre o tema.

A integração da temática afro-brasileira ao currículo infantil fortalece a autoestima de crianças negras e reconhece seus direitos à história e à cultura de seus antepassados. (Nascimento, 1980) Este processo educativo é um instrumento de resistência simbólica, promovendo o empoderamento das crianças e a valorização da herança cultural que muitas vezes é negligenciada em contextos escolares tradicionais.

A formação de professores é outro elemento central para a eficácia da consciência negra na educação infantil. (Mombaça, 2021) Educadores precisam desenvolver competência cultural, conhecimento histórico e habilidades didáticas que possibilitem trabalhar a diversidade étnico-racial de forma crítica e criativa, garantindo que a aprendizagem seja inclusiva e transformadora.

A construção de projetos pedagógicos que envolvam a participação ativa das crianças estimula a aprendizagem colaborativa e a compreensão prática de valores como solidariedade, equidade e justiça social. (Mutua, 2016) Experiências coletivas, jogos educativos, dramatizações e atividades artísticas tornam a temática da consciência negra mais concreta, engajando emocionalmente os alunos e fortalecendo o aprendizado significativo.

O diálogo com famílias e comunidade é essencial para que a educação infantil reflita experiências culturais autênticas e promovam vínculos entre casa e escola. (Simone Helen Drumond Ischkanian, 2011) A participação familiar amplia a compreensão das crianças sobre sua própria história e sobre as contribuições culturais afro-brasileiras, consolidando práticas de respeito e valorização da diversidade.

O respeito às diferenças individuais e coletivas é fortalecido quando o currículo infantil integra a consciência negra de forma transversal, incluindo todos os componentes curriculares. (Nascimento, 1981) Essa transversalidade permite que o reconhecimento da diversidade racial permeie diferentes áreas do conhecimento, desde artes até ciências, promovendo compreensão ampla da realidade social.

Neste contexto os autores: Ischkanian, Cabral, Santos Freitas, Nascimento de Carvalho, Carvalho, Garabed Ischkanian, Azevedo, Amaro e Cruz MC Comb (2025), destacam uma seleção de atividades para fortalecer o tema na Educação Infantil.

Contação de Histórias Afro-brasileiras: Narrar contos e lendas de personagens negros ou africanos estimula a imaginação e valoriza a cultura afro-brasileira. Permite às crianças reconhecerem heróis, lideranças e tradições que resistiram à opressão histórica. Após a narrativa, propor perguntas sobre sentimentos, ações e lições dos personagens.



Roda de Conversa sobre Diversidade: Criar uma roda de conversa para falar sobre cores de pele, cabelo e tradições familiares. Incentiva a empatia e o respeito às diferenças. Os educadores podem guiar reflexões sobre preconceito e igualdade de forma acessível à idade.



Oficina de Máscaras Africanas: Produzir máscaras inspiradas em culturas africanas permite que as crianças explorem cores, formas e simbolismos culturais. Estimula a coordenação motora, criatividade e conhecimento cultural. Ao final, discutir o significado das máscaras em diferentes tradições.

Música e Dança Afro-brasileira: Introduzir ritmos e danças de matrizes africanas desenvolve percepção rítmica e expressão corporal. Ensinar os passos e a história da dança ajuda as crianças a compreenderem a herança cultural. Pode-se finalizar com uma apresentação coletiva, valorizando o trabalho em grupo.

Culinária Cultural: Preparar receitas típicas afro-brasileiras, como acarajé ou bolo de milho, permite que as crianças conheçam sabores e tradições. A atividade também envolve medidas, contagem e cooperação. Durante o preparo, falar sobre a origem e importância histórica desses alimentos.

Jogos de Memória com Personagens Negros: Criar cartas com figuras de personalidades históricas e contemporâneas afro-brasileiras. Além de estimular a memória, promove conhecimento sobre líderes, artistas e cientistas negros. Pode-se discutir, a cada par formado, a trajetória e contribuições de cada personagem.

Teatro de Fantoques: Encenar histórias de resistência e heróis negros usando fantoches estimula a oralidade e a expressão emocional. Permite que crianças reinterpretem narrativas culturais de forma criativa. O debate após a encenação fortalece o aprendizado e a reflexão sobre valores.

Exploração de Roupas e Acessórios Afro-brasileiros: Trazer roupas e adereços tradicionais de culturas africanas e afro-brasileiras permite experimentação sensorial. As crianças podem vivenciar aspectos de identidade cultural e discutir tradições. Atividade reforça o respeito às diferenças e a valorização da diversidade.

Confecção de Colares e Pulseiras Étnicas: Usar sementes, contas e materiais naturais para produzir bijuterias inspiradas em culturas africanas estimula coordenação e criatividade. Explicar a simbologia de cores e formas conecta a atividade à história e tradições. Pode-se expor os trabalhos para compartilhar conhecimento.

Mural da Diversidade: Montar um mural coletivo com fotos, desenhos e produções das crianças sobre diversidade racial e cultural. Incentiva expressão artística, pertencimento e



reconhecimento da identidade afro-brasileira. Servirá como registro visual das reflexões e aprendizagens.

Caça ao Tesouro Histórico: Organizar uma brincadeira de caça ao tesouro com pistas sobre personalidades e eventos históricos negros. Estimula raciocínio lógico, cooperação e curiosidade. Cada descoberta pode ser seguida de explicação sobre a importância cultural e histórica do elemento encontrado.

Cantigas e Rimas Afro-brasileiras: Ensinar cantigas populares de origem africana promove percepção musical e oralidade. Discussões sobre significado e contexto histórico ajudam a conectar música e cultura. Pode-se gravar as apresentações para reforçar memórias e participação coletiva.

Artes com Elementos Naturais: Criar desenhos e colagens usando folhas, sementes e areia inspirados em padrões africanos. Estimula percepção estética, motricidade e conhecimento sobre simbologia cultural. A atividade também promove reflexão sobre sustentabilidade e conexão com a natureza.

Oficina de Pintura Corporal: Permitir que as crianças experimentem pinturas corporais inspiradas em tradições africanas de forma lúdica e segura. Explica-se o significado de cores e desenhos, valorizando ancestralidade e expressão cultural. O momento reforça identidade, autoestima e respeito às diferenças.

Dramatização de Quilombos: Recrear situações de vida em quilombos por meio de dramatizações ajuda a compreender organização social, cooperação e resistência. Incentiva empatia e reflexão sobre liberdade e solidariedade. Ao final, pode-se discutir as lições aprendidas e os valores sociais representados.

Círculo de Palavras sobre Resistência: Criar um círculo de palavras em que as crianças compartilham nomes, valores ou tradições que representam resistência negra. Estimula expressão verbal, escuta ativa e reflexão sobre herança cultural. Pode-se transformar em cartaz coletivo para fixar o aprendizado visualmente.

Atividade Sensorial de Têxteis Africanos: Oferecer tecidos com padrões africanos para exploração tátil permite contato com cores, texturas e formas culturais. Discute-se origem, significado e uso desses tecidos, aproximando as crianças da história e estética afro-brasileira. Favorece percepção sensorial e valorização cultural.

Jogo de Associação de Símbolos: Criar jogos em que símbolos, cores e instrumentos musicais africanos precisam ser relacionados a culturas ou significados. Estimula memória, concentração e conhecimento histórico. As crianças aprendem brincando e associando conceitos de forma interativa.



Produção de Histórias em Grupo: Estimular crianças a inventarem histórias com protagonistas negros e elementos culturais afro-brasileiros desenvolve criatividade e cooperação. Ao escrever, desenhar ou dramatizar, consolidam o aprendizado sobre diversidade e identidade. A atividade reforça autoestima e sentido de pertencimento.

Exploração de Livros Ilustrados Afro-brasileiros: Disponibilizar livros infantis que contemplem personagens, histórias e tradições negras incentiva leitura, interpretação e valorização cultural. Permite que as crianças identifiquem representatividade em narrativas e se reconheçam na história. Pode ser complementado com debates e produções artísticas sobre o conteúdo lido.

Desfile de Personagens Históricas: Organizar um desfile em que as crianças representem personagens negros históricos promove conhecimento cultural e valorização da identidade afro-brasileira. Cada participante pode explicar seu personagem e suas contribuições. A atividade estimula expressão oral e criatividade.

Caixa de Memórias Afro-brasileiras: Criar uma caixa com objetos que representem a cultura negra, como miniaturas, tecidos ou fotos. As crianças exploram os itens e contam histórias ou sentimentos que eles evocam. Essa atividade promove ligação afetiva e compreensão da herança cultural.

Jogo de Tabuleiro da História Negra: Produzir um tabuleiro com casas que representem eventos, personalidades ou símbolos afro-brasileiros. Cada criança, ao avançar, deve responder perguntas ou contar fatos relacionados. Favorece aprendizado lúdico, cooperação e memória histórica.

Teatro de Sombras: Utilizar sombras e silhuetas para contar histórias de resistência negra estimula imaginação e percepção visual. Permite que as crianças interpretem narrativas culturais de forma criativa. Após a encenação, pode-se discutir o significado das histórias apresentadas.

Construção de Mini-Quilombos: Propor que as crianças construam maquetes de quilombos usando materiais recicláveis. Ensina conceitos de organização comunitária, solidariedade e autonomia. Ao final, realizar apresentação oral explicando funções e valores das construções.

Ateliê de Máscaras de Heróis Negros: Produzir máscaras representando líderes e personalidades afro-brasileiras fortalece reconhecimento de figuras históricas. Durante a atividade, discutir a importância de cada personagem e seu papel na sociedade. Estimula coordenação motora e expressão criativa.



Cantinho de Histórias e Lendas Africanas: Criar um espaço com livros e fantoches sobre cultura africana e afro-brasileira. As crianças podem escolher histórias para ler ou encenar, reforçando compreensão cultural. Promove diálogo, escuta ativa e valorização da diversidade.



Jogo de Perguntas e Respostas: Criar perguntas sobre cultura, história e personalidades negras em formato de quiz. As crianças aprendem interagindo e competindo de forma saudável. A atividade reforça memória, curiosidade e compreensão de fatos históricos.

Oficina de Capoeira Infantil: Ensinar movimentos de capoeira junto com sua história permite que as crianças compreendam sua origem afro-brasileira. Desenvolve coordenação, ritmo e consciência corporal. Complementar com discussões sobre resistência cultural e identidade.

Roda de Percussão: Introduzir instrumentos de percussão afro-brasileiros permite explorar ritmos e sons tradicionais. As crianças aprendem sobre música, cultura e história, além de desenvolver coordenação motora e trabalho em equipe. Pode-se terminar com apresentação coletiva.

Jogo de Cartas de Personalidades Negras: Criar cartas com figuras de artistas, cientistas e líderes negros. As crianças podem formar pares ou contar histórias sobre cada pessoa. Atividade combina aprendizado histórico com memória e estratégia.

Mural de Expressão Cultural: Confeccionar um mural coletivo com desenhos, pinturas ou colagens sobre temas afro-brasileiros. Incentiva expressão artística, cooperação e reflexão sobre identidade cultural. Serve como registro visual do aprendizado.

Exploração de Danças Tradicionais: Introduzir danças afro-brasileiras como samba, maracatu ou ijexá desenvolve ritmo e expressão corporal. As crianças aprendem a história e o significado cultural de cada dança. Atividade fortalece identidade e respeito pela diversidade.

Caça ao Tesouro Cultural: Organizar caça ao tesouro com objetos relacionados à história e cultura negra. Cada descoberta pode vir acompanhada de explicação sobre o significado histórico e cultural. Promove curiosidade, trabalho em equipe e aprendizado lúdico.

Atividade de Expressão Corporal com Máscaras: Usar máscaras inspiradas em tradições africanas para criar pequenas cenas e histórias. Estimula criatividade, expressão e compreensão da diversidade cultural. Complementar com debate sobre simbolismos e tradições.

Oficina de Instrumentos Musicais: Produzir ou tocar instrumentos típicos africanos e afro-brasileiros ensina sons, ritmos e tradições culturais. As crianças desenvolvem coordenação, percepção auditiva e interesse por história musical. Pode-se realizar apresentação final para compartilhar aprendizado.



Histórias em Quadrinhos Afro-brasileiras: Incentivar crianças a criar quadrinhos com personagens negros históricos ou fictícios. Desenvolve criatividade, narrativa e conhecimento cultural. Ao final, cada história pode ser compartilhada com o grupo.

Exploração de Trajes e Cores: Trazer tecidos e roupas inspiradas em vestimentas africanas e afro-brasileiras. As crianças podem experimentar, observar cores e padrões e discutir significados culturais. Promove percepção estética e valorização da identidade.

Roda de Palavras de Resistência: Criar um círculo em que as crianças dizem palavras relacionadas à resistência, liberdade e herança afro-brasileira. Estimula expressão verbal, empatia e reflexão sobre cultura e história. Pode-se registrar as palavras em cartaz coletivo.

Oficina de Colagem Cultural: Confeccionar colagens com recortes de revistas, tecidos e papéis representando temas afro-brasileiros. As crianças exploram formas, cores e simbolismos culturais. A atividade fortalece criatividade e conhecimento sobre herança histórica.

A promoção da consciência negra na infância não se limita à transmissão de informações, mas busca a formação de sujeitos críticos, empáticos e conscientes de sua capacidade de transformação social. (O'Donnell, 2010) Ao compreenderem as estruturas históricas e contemporâneas de racismo, as crianças podem desenvolver perspectivas que desafiem desigualdades e incentivem a solidariedade e o engajamento coletivo.

A implementação consistente da consciência negra nas práticas pedagógicas contribui para a construção de sociedades mais justas e inclusivas, em que a diversidade é reconhecida como patrimônio cultural e humano. (Ischkanian, 2011) Ao inserir de forma contínua e estruturada conteúdos que abordem a história, cultura e contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros, as crianças passam a desenvolver uma visão crítica sobre a sociedade em que vivem, aprendendo a valorizar a pluralidade de identidades desde os primeiros anos escolares. Esse processo educativo fortalece a empatia, o senso de justiça e a capacidade de reconhecer e respeitar diferenças, criando bases sólidas para a formação de cidadãos conscientes e engajados socialmente.

Ao trabalhar desde cedo valores de respeito, igualdade e valorização cultural, a educação infantil torna-se ferramenta estratégica para o combate às desigualdades raciais e sociais no Brasil. (Ischkanian, 2011) A abordagem pedagógica que integra a consciência negra promove o reconhecimento de heróis, lideranças e experiências históricas que resistiram à opressão, permitindo que as crianças internalizem exemplos de resiliência e solidariedade. A valorização da cultura afro-brasileira no ambiente escolar contribui para o fortalecimento da autoestima de crianças negras e para o rompimento de estereótipos, estimulando a construção de relações mais igualitárias e inclusivas em todos os espaços sociais que elas irão ocupar ao longo da vida.





Dandara e a Festa da Consciência Negra

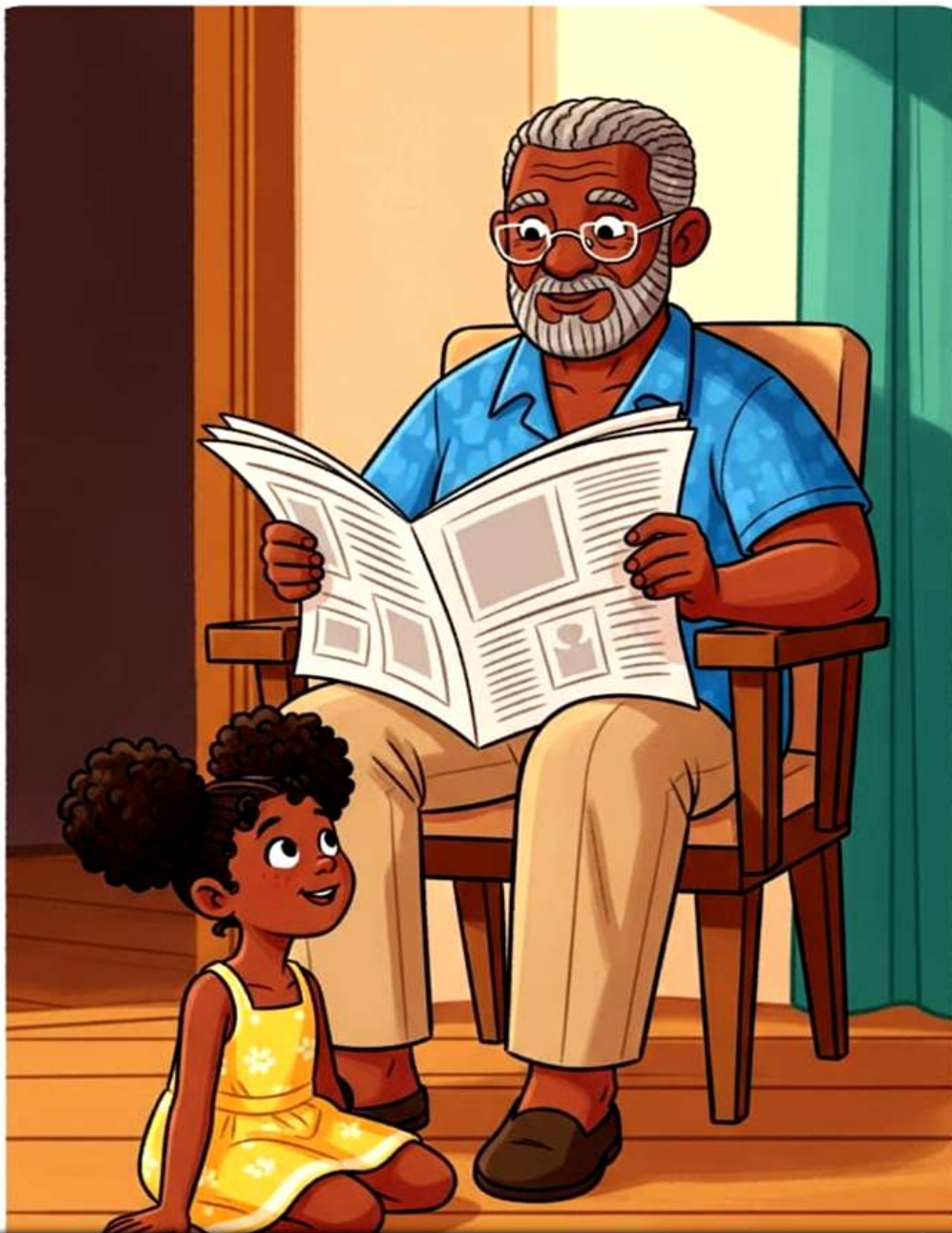


O sol de Novembro brilhava forte na janela de Dandara.

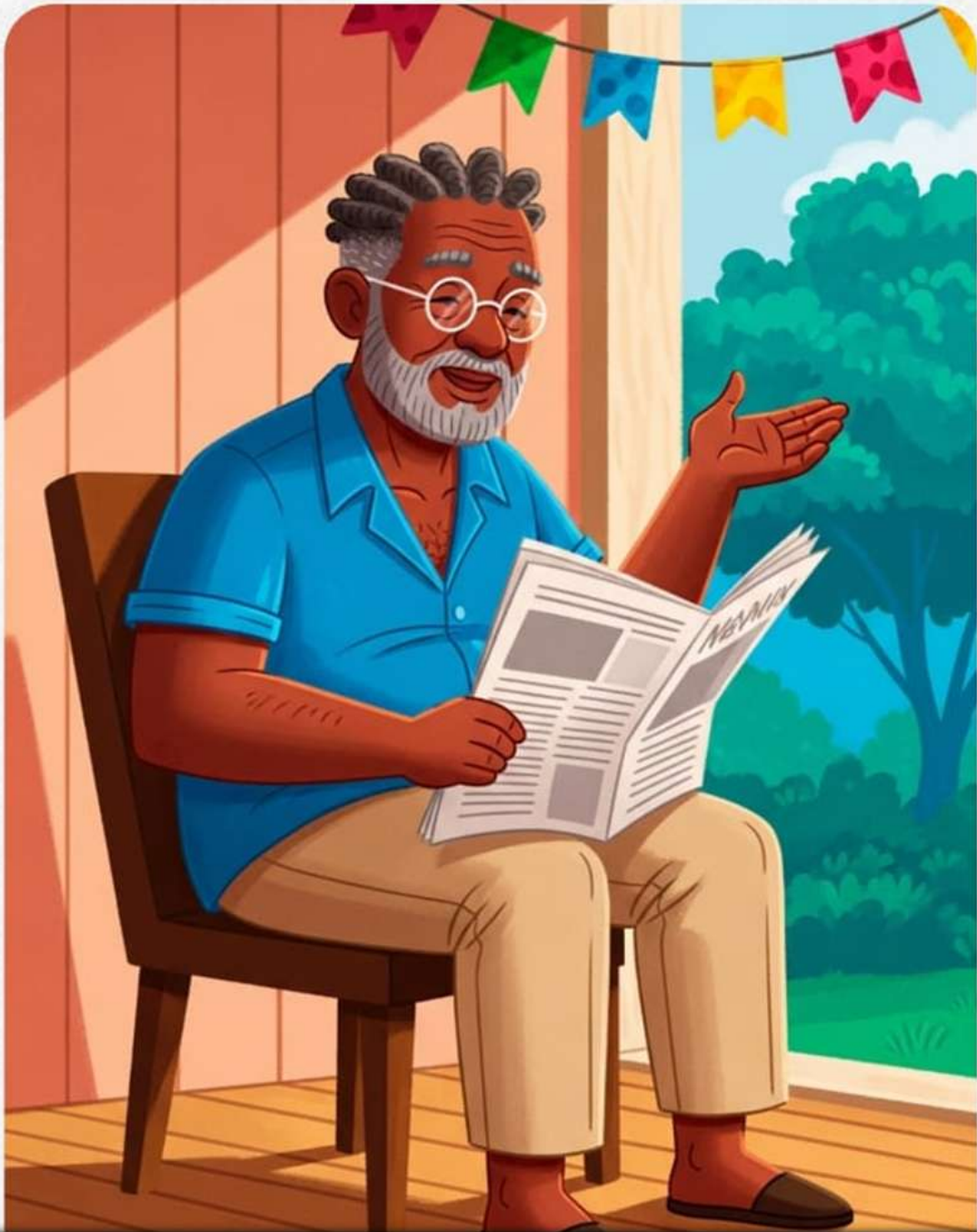
Era dia 20, e ela sabia que era um dia especial. “Vovô Zaki, vovô Zaki!” ela chamou, saltando da cama.



Zaki sorriu do seu lugar na varanda, lendo o jornal. “Bom dia, meu raio de sol! O que te deixou tão animada?” Dandara sentou-se perto dele, curiosa.



“É o Dia da Consciência Negra,
vovô! A mamãe disse que vamos
celebrar. Mas o que é ‘consciência’?”
Zaki dobrou o jornal com carinho.



“Consciência é saber quem somos e de onde viemos. É um dia para lembrar dos nossos heróis e de toda a beleza da nossa cultura. É como lembrar o grande Zumbi dos Palmares.”

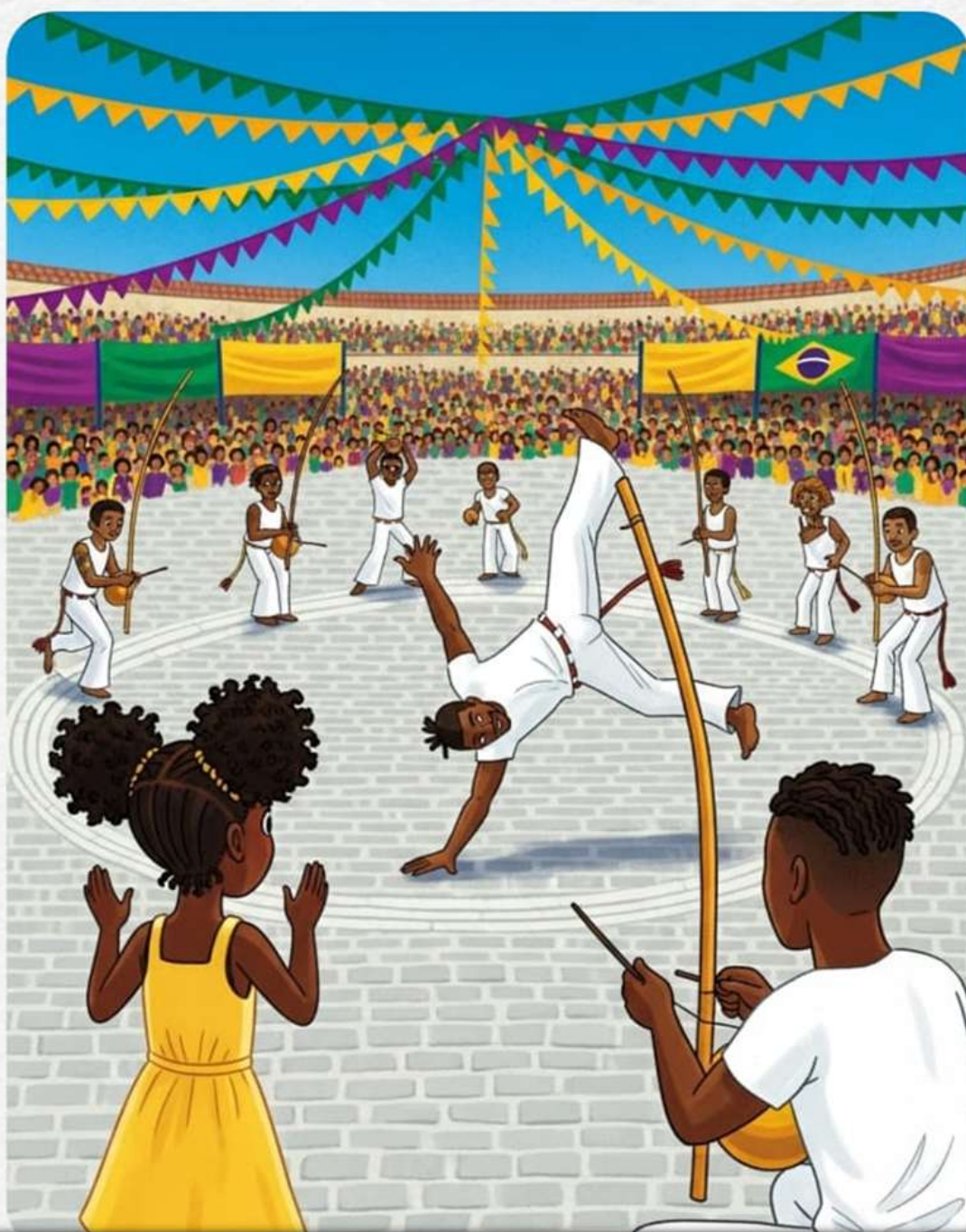


“Zumbi lutou pela liberdade, para que todos pudessem ser livres e felizes. E hoje, celebramos a força e o ritmo que vieram de longe, da Mãe África”, continuou Zaki.

“Vamos nos arrumar, a festa na praça já vai começar!”



Chegando lá, a praça estava cheia de cores e sons. Um grupo de Capoeira rodava no meio de uma roda, com o som do berimbau a guiar a dança.



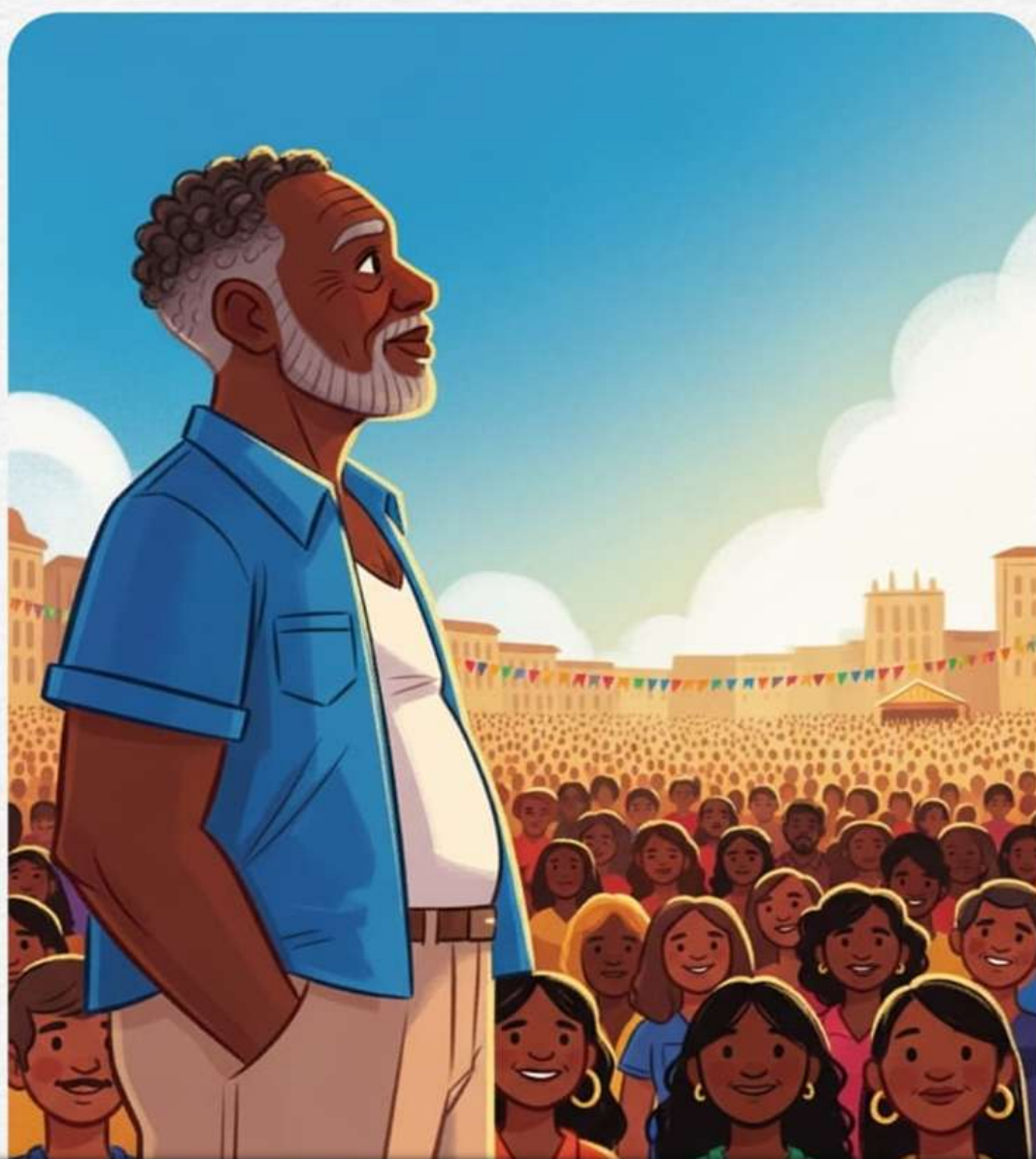
O cheiro de acarajé e vatapá
flutuava no ar. Uma cozinheira
vendia quitutes típicos, todos feitos
com receitas antigas e saborosas.
“Hummm, cheiro de história!”, disse
Dandara.



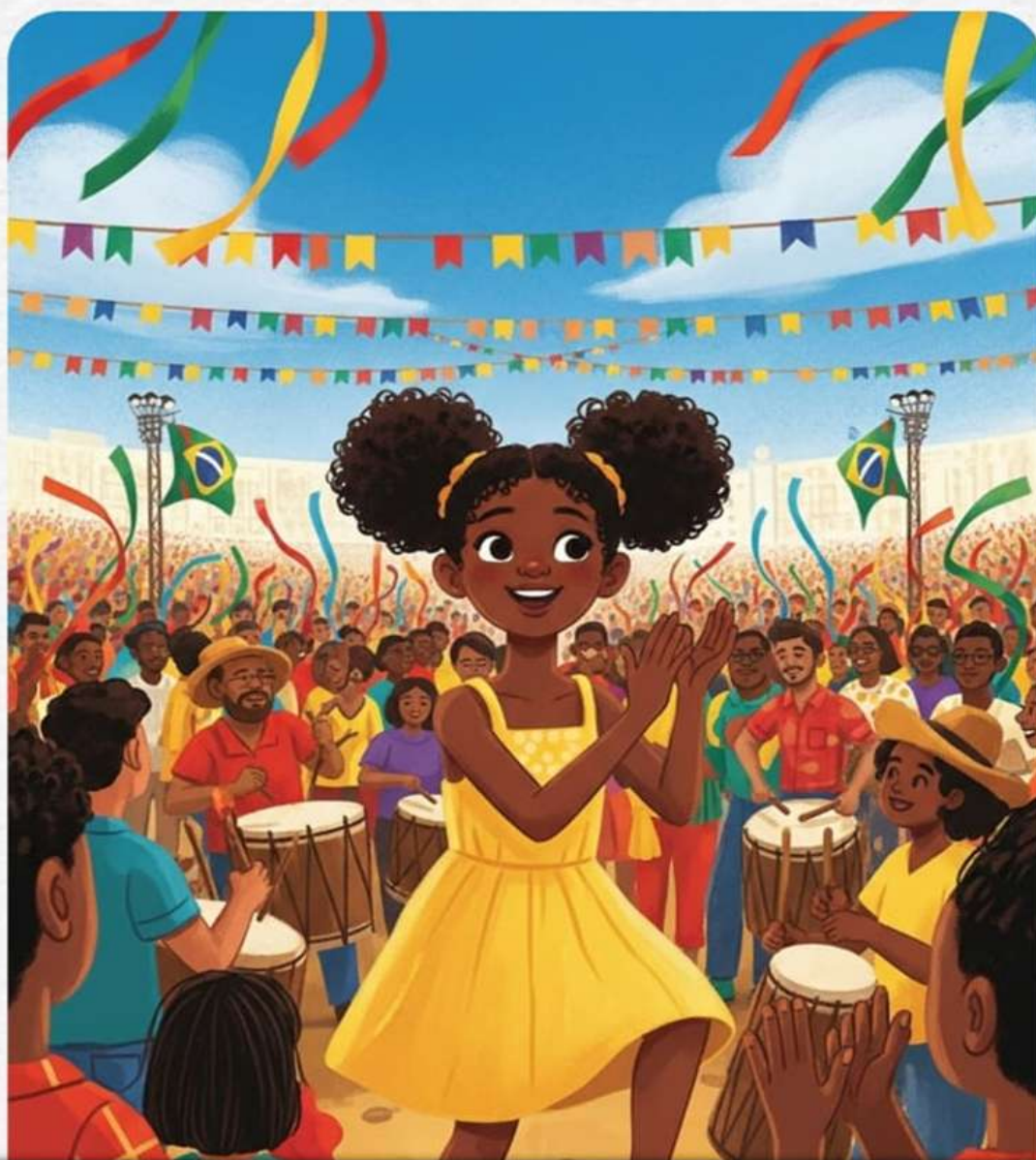
Zaki pegou na sua mão. “Vês, Dandara? Este dia é sobre este ritmo, este sabor e esta alegria. É sobre ter orgulho de quem somos e de tudo o que a cultura negra nos deu.”



“O Dia da Consciência Negra é para todos, Dandara. É para que todos aprendam a valorizar, respeitar e amar cada pessoa, não importa a cor da sua pele ou a história que ela traz.”



Dandara sorriu, sentindo o ritmo dos tambores no coração. Ela era parte daquela história de força e beleza. E a festa estava apenas a começar! Ela bateu palmas no ritmo da música.



2.10. CONSCIÊNCIA NEGRA NO ENSINO FUNDAMENTAL I E II

A introdução da consciência negra no Ensino Fundamental I e II representa uma estratégia fundamental para a construção de uma educação mais crítica e inclusiva, capaz de reconhecer e valorizar a diversidade racial e cultural presente na sociedade brasileira. (Ischkanian, Simone Helen Drumond; Cabral, Gladys Nogueira; Ischkanian, Sandro Garabed; Carvalho, Silvana Nascimento de; Carvalho, Gabriel Nascimento de, 2023). A abordagem pedagógica que integra a história, cultura e saberes afro-brasileiros permite aos estudantes compreenderem as contribuições e resistências das populações negras ao longo da formação do país, promovendo o respeito às diferenças e a valorização das identidades. Esse processo fortalece a autoestima de crianças e adolescentes negros, ao mesmo tempo em que sensibiliza os demais estudantes para a equidade racial e social.

O ensino da consciência negra nos primeiros anos escolares é decisivo para a formação de uma percepção crítica sobre a sociedade e suas desigualdades. (Ischkanian, Simone Helen Drumond, 2011). Ao apresentar figuras históricas, movimentos de resistência e práticas culturais afro-brasileiras, os professores possibilitam que os alunos reflitam sobre o racismo estrutural e a importância da luta por direitos e cidadania plena. Além disso, a prática pedagógica promove a construção de valores éticos, democráticos e inclusivos, fortalecendo o compromisso com a justiça social desde a infância.

A implementação de conteúdos relacionados à consciência negra no currículo escolar exige planejamento cuidadoso e contextualização histórica. (Ischkanian, Simone Helen Drumond, 2011). O conhecimento sobre a escravidão, o quilombismo e a resistência negra deve ser transmitido de forma que dialogue com a realidade dos estudantes, incentivando a empatia e a compreensão das consequências da desigualdade racial. Essa perspectiva permite que os alunos reconheçam a importância de valorizar e preservar a diversidade cultural como patrimônio coletivo da sociedade.

Incorporar a consciência negra no Ensino Fundamental II amplia as possibilidades de reflexão crítica sobre os mecanismos de exclusão racial e social presentes na contemporaneidade. (Koskeniemi, Martti, 2001). O estudo da legislação, políticas públicas e movimentos sociais proporciona aos estudantes instrumentos de análise sobre a persistência de desigualdades estruturais. A integração desses conhecimentos ao currículo contribui para a formação de cidadãos conscientes, capazes de atuar na transformação social de maneira ética e responsável.

A abordagem pedagógica que privilegia a memória, cultura e identidade afro-brasileira oferece aos estudantes uma compreensão mais ampla da história nacional. (Lacerda, João Baptista de, 1911). Ao valorizar a trajetória de pessoas negras e mestres de saberes tradicionais, a escola



cria um espaço para o reconhecimento de contribuições frequentemente invisibilizadas. Esse processo fortalece a consciência coletiva sobre a importância da diversidade e da equidade na sociedade contemporânea.



O ensino da consciência negra também está profundamente relacionado ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais e à construção da empatia entre os estudantes. (Mbembe, Achille, 2020). Ao explorar narrativas de resistência, desafios históricos e conquistas da população negra, as crianças e adolescentes são estimulados a refletir sobre justiça, solidariedade e respeito ao outro. Esse aprendizado contribui para a formação de indivíduos mais conscientes, tolerantes e comprometidos com a promoção da igualdade.

A integração da temática racial no currículo deve ser acompanhada de metodologias ativas e participativas que incentivem o protagonismo dos estudantes. (Melossi, Dario, 1992). Debates, dramatizações e projetos interdisciplinares possibilitam que os alunos internalizem os conteúdos de forma prática, relacionando teoria e experiência cotidiana. A educação se torna um instrumento de transformação social, capaz de enfrentar preconceitos e estereótipos desde as séries iniciais.

O reconhecimento das políticas públicas voltadas à população negra reforça a importância da consciência negra na formação dos estudantes. (Ministério da Saúde, 2023) Ao discutir a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e outros programas, os professores promovem a reflexão sobre direitos sociais e cidadania, destacando a relevância do acesso equitativo a serviços essenciais. Esse diálogo fortalece a percepção de que a inclusão racial é parte integrante da justiça social e da responsabilidade coletiva.

O ensino da história afro-brasileira permite que os estudantes compreendam a construção da identidade nacional de maneira plural e inclusiva. (Ischkanian, Simone Helen Drumond; Cabral, Gladys Nogueira; Ischkanian, Sandro Garabed; Carvalho, Silvana Nascimento de; Carvalho, Gabriel Nascimento de, 2023). A análise das contribuições culturais, políticas e sociais das populações negras possibilita o questionamento de narrativas hegemônicas e o reconhecimento de múltiplas perspectivas históricas. Isso promove o desenvolvimento do pensamento crítico e da consciência cidadã, essenciais para a formação integral do indivíduo.

Incentivar atividades lúdicas e criativas sobre a cultura afro-brasileira estimula a participação ativa e o interesse dos estudantes. (Ischkanian, Simone Helen Drumond, 2011). Jogos, oficinas de dança, música e artesanato permitem que os alunos experienciem na prática elementos culturais que reforçam identidade, pertencimento e autoestima. Essa abordagem proporciona um aprendizado significativo e duradouro, conectando teoria, vivência e emoção.



A formação docente é essencial para que a consciência negra seja efetivamente implementada no Ensino Fundamental. (Ischkanian, 2011). Professores capacitados são capazes de abordar temas complexos, desconstruir preconceitos e propor atividades que integrem história, cultura e práticas pedagógicas inclusivas. Investir na preparação de educadores é investir na construção de uma educação transformadora, que valorize todas as identidades presentes na escola.

O debate sobre desigualdades raciais, direitos humanos e inclusão social deve ser contínuo no ambiente escolar. (Koskeniemi, Martti, 2001). Ao propor discussões sistemáticas sobre racismo, estereótipos e discriminação, os professores contribuem para a formação de estudantes capazes de reconhecer injustiças e agir em favor da equidade. Esse exercício de reflexão e análise fortalece a capacidade crítica e o engajamento social.

Integrar estudos de literatura afro-brasileira e africana enriquece o currículo e amplia as perspectivas dos estudantes sobre diversidade cultural. (Lacerda, João Baptista de, 1911). Ao explorar contos, poesias e narrativas históricas, os alunos desenvolvem habilidades de interpretação, empatia e valorização da produção cultural negra. Essa prática estimula a reflexão sobre identidade, memória e herança cultural.

A abordagem da consciência negra no Ensino Fundamental deve contemplar a interdisciplinaridade, articulando história, geografia, artes e ciências. (Mbembe, Achille, 2020). Essa integração permite que os estudantes compreendam a inter-relação entre processos históricos, sociais e culturais, desenvolvendo uma visão holística sobre o papel da população negra na construção da sociedade. A interdisciplinaridade fortalece a compreensão crítica e a capacidade de análise dos alunos.

Incluir a participação das famílias e da comunidade escolar nas atividades sobre consciência negra reforça o aprendizado e a valorização cultural. (Melossi, Dario, 1992). Projetos comunitários, exposições e oficinas em parceria com líderes locais contribuem para a construção de vínculos afetivos e sociais, além de permitir que os estudantes percebam a relevância da cultura afro-brasileira em seu cotidiano. Esse envolvimento amplia o impacto educativo e social das práticas pedagógicas.

O estudo da trajetória de líderes negros históricos e contemporâneos permite que os alunos entendam a resistência e a luta por direitos como parte de sua herança cultural. (Ministério da Saúde, 2023). A análise crítica de figuras históricas e movimentos sociais desenvolve a consciência política e cidadã dos estudantes, incentivando-os a se engajar na promoção da equidade e na defesa de direitos humanos.



A valorização de expressões artísticas afro-brasileiras, como música, dança e teatro, contribui para o desenvolvimento cultural e emocional dos estudantes. (Ischkanian, Simone Helen Drumond; Cabral, Gladys Nogueira; Ischkanian, Sandro Garabed; Carvalho, Silvana Nascimento de; Carvalho, Gabriel Nascimento de, 2023). A vivência prática dessas manifestações fortalece a identidade, a autoestima e a percepção da diversidade como elemento enriquecedor da experiência educacional.

Promover debates sobre estereótipos, preconceitos e discriminação racial possibilita que os alunos reconheçam os impactos históricos e contemporâneos do racismo. (Ischkanian, 2011). Esse tipo de atividade desenvolve a empatia e a capacidade de posicionamento crítico, incentivando a formação de cidadãos conscientes e ativos na transformação da sociedade.

A análise de políticas públicas voltadas à população negra permite que os estudantes compreendam a importância da legislação e da ação coletiva na promoção da igualdade racial. (Ischkanian, 2011). Ao discutir programas governamentais, como cotas e ações afirmativas, os alunos entendem como mecanismos institucionais podem contribuir para a redução das desigualdades e o fortalecimento da cidadania.

A construção de projetos interdisciplinares sobre a história e cultura afro-brasileira possibilita aos estudantes desenvolver competências de pesquisa, expressão e trabalho em equipe. (Koskeniemi, Martti, 2001). Esses projetos estimulam a criatividade, a autonomia e a responsabilidade, conectando o aprendizado acadêmico com a prática social e comunitária.

O ensino da consciência negra deve promover a reflexão sobre a importância da memória histórica e da preservação cultural como ferramentas de resistência e empoderamento. (Lacerda, João Baptista de, 1911). Ao explorar tradições, festividades e práticas culturais afro-brasileiras, os estudantes compreendem a relevância de manter viva a história de seus antepassados e o impacto dessa herança na sociedade contemporânea.

O envolvimento em atividades lúdicas, como jogos, dramatizações e oficinas culturais, fortalece o vínculo afetivo dos alunos com a cultura afro-brasileira e promove a aprendizagem significativa. (Mbembe, Achille, 2020). A experiência prática permite que os estudantes internalizem conhecimentos, valores e habilidades de forma divertida e participativa, consolidando a consciência negra como eixo central da formação educacional.

A reflexão sobre a influência da cultura negra na sociedade brasileira vai além da valorização de tradições e manifestações artísticas, abrangendo a compreensão das dimensões históricas, sociais e políticas que moldaram o país. (Melossi, Dario, 1992). Ao analisar a presença e a contribuição dos afrodescendentes em áreas como ciência, economia, política, educação, artes e esportes, os estudantes passam a reconhecer a importância central da população negra na



construção da identidade nacional, evidenciando que a diversidade é um elemento estruturante da sociedade.

Essa análise crítica permite que os alunos desenvolvam um senso de cidadania mais amplo, promovendo respeito mútuo, reconhecimento da pluralidade cultural e consciência sobre as desigualdades históricas que ainda persistem. (Melossi, Dario, 1992). Ao confrontarem narrativas que frequentemente invisibilizam a participação negra, os estudantes são estimulados a questionar preconceitos e construir um entendimento mais justo sobre a formação social e cultural do Brasil, fortalecendo habilidades de empatia e pensamento crítico.

Os autores: Ischkanian, Cabral, Santos Freitas, Nascimento de Carvalho, Carvalho, Garabed Ischkanian, Azevedo, Amaro e Cruz MC Comb (2025), destacam uma seleção de atividades para fortalecer o tema no Ensino Fundamental I do 1º ao 5º anos, Fundamental II do 6º ao 9º anos e para o Ensino Médio:

Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano)

Contação de Histórias Biográficas: Apresentar relatos da vida de Zumbi, Dandara e outras lideranças afro-brasileiras, incentivando a empatia e o entendimento do contexto histórico.

Jogos de Memória Cultural: Criar cartas com imagens de personalidades, objetos e símbolos da cultura afro-brasileira para desenvolver memória, atenção e conhecimento cultural.

Oficinas de Máscaras Africanas: Construir máscaras com materiais recicláveis enquanto se fala sobre rituais, tradições e significado das máscaras na cultura africana.

Teatro de Fantoques: Representar contos, histórias e lendas afro-brasileiras por meio de fantoches, estimulando a expressão oral e criatividade.

Música e Ritmo: Aprender danças e músicas de matrizes africanas, como o samba de roda ou maracatu, promovendo a percepção corporal e cultural.

Linha do Tempo Afro-Brasileira: Montar uma linha do tempo destacando a história dos africanos e afrodescendentes no Brasil, conectando datas, eventos e personalidades.

Caça ao Tesouro Cultural: Criar um jogo de pistas com informações sobre figuras históricas, símbolos e tradições afro-brasileiras para aprender de forma lúdica.

Produção de Murais Temáticos: Elaborar murais sobre a história negra no Brasil, incentivando pesquisa, arte e trabalho colaborativo.

Rodas de Conversa sobre Igualdade: Promover discussões guiadas sobre respeito, diversidade e valores éticos a partir de exemplos históricos e contemporâneos.

Exploração de Culinária Afro-Brasileira: Preparar receitas tradicionais em sala ou em projetos de feira cultural, relacionando história, cultura e alimentação.



Jogos de Dramatização: Recriar situações históricas, como o Quilombo dos Palmares, para entender resistência e cooperação.

Criação de Livros Ilustrados: Pedir que os alunos escrevam e ilustrem pequenas histórias sobre heróis afro-brasileiros, fortalecendo escrita e conhecimento cultural.

Mapa das Comunidades Afro-Brasileiras: Localizar quilombos, cidades e estados com maior influência africana no Brasil, desenvolvendo percepção geográfica.

Cartazes de Empatia: Criar cartazes sobre igualdade racial e direitos humanos para valorizar a diversidade no cotidiano escolar.

Oficina de Cordel Afro-Brasileiro: Produzir textos em cordel sobre histórias e heróis negros, estimulando criatividade literária e pesquisa histórica.

Brincadeiras Tradicionais Africanas: Introduzir jogos e brincadeiras africanas para desenvolver coordenação motora, memória e valores comunitários.

Atividade de Entrevistas: Convidar familiares e membros da comunidade para falar sobre histórias afro-brasileiras, fortalecendo vínculo escolar e comunitário.

Teatro de Expressão Livre: Criar peças curtas em grupos que abordem superação de preconceitos e histórias de resistência negra.

Oficina de Artesanato Afro-Brasileiro: Produzir objetos simbólicos, como colares, pulseiras ou instrumentos musicais, relacionando cultura e identidade.

Diário da Diversidade: Incentivar os alunos a registrar aprendizados sobre a história e cultura afro-brasileira, promovendo reflexão contínua.

Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano)

Debates Históricos: Promover discussões sobre escravidão, quilombos e resistência afro-brasileira, desenvolvendo pensamento crítico e argumentação.

Produção de Podcasts Culturais: Criar podcasts com temas relacionados à história e cultura afro-brasileira, estimulando pesquisa e comunicação oral.

Análise de Filmes e Documentários: Assistir e discutir produções audiovisuais sobre figuras e acontecimentos da história negra no Brasil.

Painéis de Representatividade: Elaborar painéis que destacam cientistas, artistas, atletas e líderes afro-brasileiros.

Redação Argumentativa: Escrever textos sobre a importância da consciência negra e do combate ao racismo estrutural.

Oficina de Hip-Hop e Rap: Produzir músicas com letras que abordem cultura negra, direitos humanos e resistência histórica.



Estudo de Biografias: Pesquisar e apresentar a vida de personalidades afro-brasileiras, ligando história à contemporaneidade.

Projetos de Jornal Escolar: Criar uma edição especial sobre cultura negra, incluindo entrevistas, artigos e notícias.

Análise de Mídia: Avaliar representações de negros e negras na televisão, cinema e redes sociais, discutindo estereótipos e preconceitos.

Circuito Cultural: Criar exposições com elementos de arte, literatura e música afro-brasileira, promovendo pesquisa e expressão artística.

Estudo Comparativo de Quilombos: Pesquisar diferentes comunidades históricas e contemporâneas, analisando estratégias de resistência e organização social.

Rodas de Conversa sobre Racismo Estrutural: Discutir mecanismos de discriminação e formas de superação, desenvolvendo empatia e responsabilidade social.

Teatro de Improvisação: Encenar situações de preconceito e superação, fortalecendo compreensão social e habilidades comunicativas.

Oficina de Criação Literária: Produzir contos e poemas inspirados em heróis e líderes afro-brasileiros.

Projetos de História Local: Pesquisar a presença e influência de afrodescendentes na própria cidade ou região, aproximando teoria e prática.

Quiz Cultural: Organizar competições sobre história, ciência, arte e música afro-brasileira, promovendo aprendizado lúdico e interdisciplinar.

Debate sobre Direitos Humanos: Discutir políticas públicas, ações afirmativas e igualdade racial na sociedade contemporânea.

Produção de Curtas-Metragens: Criar vídeos sobre temas afro-brasileiros, unindo tecnologia, criatividade e pesquisa histórica.

Oficina de Artes Visuais: Produzir ilustrações, pinturas ou esculturas inspiradas na história negra e nas culturas africanas.

Criação de Blog Educativo: Elaborar blogs com conteúdos sobre cultura afro-brasileira, incentivando pesquisa, escrita e compartilhamento digital.

Ensino Médio

Seminários Temáticos: Desenvolver apresentações aprofundadas sobre racismo estrutural, resistência negra e conquistas históricas.

Análise Crítica de Textos: Estudar obras literárias de autores afro-brasileiros, refletindo sobre identidade, desigualdade e cultura.



Debates Sociais: Promover discussões sobre políticas de ação afirmativa, cotas e inclusão no ensino superior e mercado de trabalho.

Produção de Documentários: Pesquisar e registrar histórias de líderes negros ou movimentos culturais locais e nacionais.

Simulações Históricas: Recriar momentos-chave da resistência negra, como batalhas dos quilombos ou debates políticos.

Oficina de Jornalismo Investigativo: Produzir reportagens sobre desigualdade racial e representatividade nos meios de comunicação.

Criação de Podcasts Educativos: Desenvolver séries sobre história negra, cultura afro-brasileira e cidadania.

Mesa Redonda com Especialistas: Convidar historiadores, artistas e militantes negros para debates com estudantes.

Estudos de Casos Contemporâneos: Analisar situações de racismo estrutural na sociedade atual e propor soluções educativas e sociais.

Produção de Textos Críticos: Escrever ensaios ou artigos argumentativos sobre direitos humanos, igualdade e diversidade.

Interpretação de Obras de Arte: Avaliar pinturas, esculturas e fotografias que retratem cultura afro-brasileira, promovendo reflexão crítica.

Criação de Mapa Cultural: Mapear manifestações artísticas, intelectuais e sociais afro-brasileiras no Brasil e no mundo.

Projetos de Extensão Comunitária: Desenvolver ações educativas em escolas, bibliotecas ou comunidades locais sobre cultura negra.

Análise de Filmes e Séries: Discutir narrativas audiovisuais sob perspectiva de representatividade e combate ao racismo.

Criação de Campanhas Educativas: Planejar ações de conscientização sobre diversidade, equidade racial e inclusão social.

Estudos Comparativos Internacionais: Pesquisar políticas de reconhecimento cultural e direitos de populações afrodescendentes em outros países.

Rodas de Leitura Crítica: Ler e discutir livros e artigos sobre identidade negra, racismo e cidadania.

Oficinas de Literatura Criativa: Produzir contos, poemas e crônicas que explorem experiências e histórias afro-brasileiras.

Debates sobre História e Memória: Discutir o impacto da escravidão, colonização e resistência negra na sociedade contemporânea.



Projeto Interdisciplinar: Desenvolver trabalhos que integrem História, Sociologia, Artes e Língua Portuguesa, abordando cultura e consciência negra.

Ao perceberem o protagonismo dos afrodescendentes na história e na contemporaneidade, os alunos são incentivados a valorizar suas próprias identidades e a compreender a importância da inclusão e do respeito à diversidade. (Melossi, Dario, 1992). Essa abordagem pedagógica contribui para formar cidadãos conscientes de seu papel na construção de uma sociedade democrática e equitativa, promovendo a responsabilidade coletiva na preservação e valorização da riqueza cultural e humana que compõe o país.

3. CONCLUSÃO

A promoção da consciência negra no contexto educacional revela-se essencial para a formação de cidadãos críticos, empáticos e conscientes da diversidade que compõe a sociedade brasileira. Ao inserir o estudo da história, cultura e contribuições afro-brasileiras no currículo escolar, os alunos são estimulados a compreender a complexidade das relações sociais, reconhecendo a importância da inclusão e do respeito às diferenças. Esse processo educativo não apenas amplia o conhecimento histórico, mas também fortalece valores éticos e morais que sustentam a convivência democrática.

A valorização da herança cultural negra permite aos estudantes desenvolver um senso de pertencimento e identidade, promovendo o reconhecimento de que a sociedade atual é resultado da interação e colaboração de diversos grupos étnicos. Essa perspectiva contribui para a desconstrução de estereótipos e preconceitos, incentivando a apreciação das manifestações culturais, artísticas e intelectuais provenientes das comunidades afro-brasileiras. A educação torna-se, assim, uma ferramenta estratégica para a promoção da equidade social e da justiça histórica.

Ao refletirem sobre a resistência e resiliência dos afrodescendentes ao longo da história, os alunos aprendem sobre o valor da perseverança, da solidariedade e da luta coletiva por direitos e liberdade. Essas lições se traduzem em atitudes mais conscientes e engajadas no cotidiano escolar e social, fortalecendo a capacidade de cooperação e o entendimento das interdependências sociais. O reconhecimento da importância das comunidades negras na construção do país inspira iniciativas que valorizam a diversidade e promovem a inclusão.

A integração de práticas pedagógicas voltadas para a consciência negra também contribui para a construção de ambientes escolares mais acolhedores e igualitários. O diálogo sobre diversidade étnico-racial estimula a empatia entre os alunos, favorece o respeito às diferenças e amplia a percepção de que todos possuem direito à participação plena na sociedade. A escola,



nesse contexto, deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conteúdos e torna-se um lugar de formação cidadã, capaz de influenciar positivamente a construção de uma sociedade mais justa.



A abordagem educativa sobre a história e cultura afro-brasileira promove o fortalecimento da autoestima dos estudantes negros, que se veem representados e reconhecidos no espaço escolar. Esse reconhecimento é fundamental para o desenvolvimento de identidades sólidas e confiantes, capazes de enfrentar e superar desafios decorrentes do preconceito e da discriminação. A valorização da própria trajetória e das conquistas históricas gera um efeito multiplicador, incentivando os jovens a se tornarem protagonistas de suas histórias.

A consciência negra na educação também contribui para a construção de um pensamento crítico, estimulando a análise de desigualdades sociais e econômicas que persistem na sociedade contemporânea. Ao entenderem as raízes históricas da exclusão e do racismo estrutural, os alunos desenvolvem habilidades de reflexão e argumentação que podem ser aplicadas em diferentes contextos. Esse processo fortalece a capacidade de intervenção social consciente e a busca por soluções que promovam equidade e justiça.

A inserção de conteúdos afro-brasileiros nas disciplinas escolares enriquece o aprendizado e amplia a compreensão do mundo, estimulando a curiosidade e a investigação. O contato com narrativas, personagens históricos, manifestações culturais e movimentos sociais cria uma base sólida para a educação plural, que valoriza diferentes perspectivas e experiências. Os alunos passam a perceber a importância do respeito mútuo e da colaboração entre grupos diversos, construindo uma visão de sociedade inclusiva e democrática.

Ao promover a reflexão sobre a contribuição dos afrodescendentes, a escola exerce um papel transformador, ajudando a desconstruir preconceitos e reforçando valores de solidariedade, cooperação e responsabilidade social. Esse processo educativo contribui para a formação de cidadãos conscientes de seu papel na construção de uma sociedade mais justa, onde a diversidade é compreendida como riqueza e o respeito às diferenças é praticado de forma concreta.

A implementação da consciência negra no ensino infantil e fundamental consolida-se como instrumento de transformação social, capaz de formar indivíduos críticos, empáticos e engajados com a equidade e a justiça. A valorização da história, cultura e identidade afro-brasileira fortalece a autoestima, amplia horizontes culturais e prepara os estudantes para atuar de maneira responsável e inclusiva na sociedade. A educação deixa de ser apenas um meio de transmissão de conhecimento e torna-se um espaço de construção de cidadania, equidade e respeito à diversidade.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDERSON, Carol. **Eyes off the Prize: The United Nations and the African American Struggle for Human Rights, 1944-1955**. New York: Cambridge University Press, 2003.

AMARO, Ana Luzia; MC COMB, Dilani; SEABRA, Marlon; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; SILVA, Ricardo Fonseca da; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Racismo estrutural e os mecanismos contemporâneos de governança global**. 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/144430511/RACISMO_ESTRUTURAL_E_OS_MECANISMOS_CONTEMPOR%C3%82NEOS_DE_GOVERNAN%C3%87A_GLOBAL. Páginas 1–11. Acesso em: 25 out. 2025.

AMARO, Ana Luzia; MC COMB, Dilani; SEABRA, Marlon; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; SILVA, Ricardo Fonseca da; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Colonialismo, racismo e a formação do direito internacional moderno**. 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/144430473/COLONIALISMO_RACISMO_E_A_FORMA%C3%87%C3%83O_DO_DIREITO_INTERNACIONAL_MODERNO. Páginas 1–14. Acesso em: 25 out. 2025.

AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BENTO, Maria Aparecida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Maria Aparecida. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CALVEIRO, Pilar. **Violencias de Estado: la guerra antiterrorista y la guerra contra el crimen como medios de control global**. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, 2012.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

DOTY, Roxanne Lynn. **Imperial Encounters: The Politics of Representation in North-South Relations**. Minneapolis: Minnesota Press, 1996.

DU BOIS, W. E. B. **As almas da gente negra**. Trad. Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

ESLAVA, Luis. **El estado desarrollista: independencia, dependencia y la historia del Sur**. Revista Derecho del Estado, n. 43, p. 25-65, 2019.

ESLAVA, Luis; BUCHELY, Lina. **Security and development? A story about petty crime, the petty state and its petty law**. Revista de Estudios Sociales, n. 67, p. 40–55, 2019.



ESLAVA, Luis; PAHUJA, Sundhya. **The state and international law: A reading from the global south.** Humanity, v. 11, n. 1, p. 118–138, 2020.



EZENIA, C. N. **The Modus Operandi of the International Criminal Court System: An Impartial or a Selective Justice Regime?** International Criminal Law Review, v. 16, n. 3, p. 448-479, 2016.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas.** Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FAUSTINO, Deivison Mendes Faustino. **A disputa em torno de Frantz Fanon: a teoria e a política dos fanonismos contemporâneos.** São Paulo: Intermeios, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Ática, 1978.

FITZPATRICK, Peter. **The Mythology of Modern Law.** Londres: Routledge, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Editora Nau, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZÁLEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** In: *Tempo Brasileiro*, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje, p. 223–244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Tecnologias de gênero: rearticulando a relação ciência, tecnologia e gênero.** Rio de Janeiro: Editora 34, 2014.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Andes, 1957.

HEIDEMANN, Francisco G. **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento.** In: *Políticas públicas e desenvolvimento – bases epistemológicas e modelos de análise.* 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de. **Infância negra em perspectiva: trajetórias históricas, saberes educacionais e os desafios do racismo estrutural.** Páginas 1–27. 2023. Disponível em: https://www.academia.edu/130303419/INF%C3%82NCIA_NEGRA_EM_PERSPECTIVA. Acesso em: 25 out. 2025.



ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Apostila especial: consciência negra**. Páginas 1–62. 2011. Disponível em: <http://simonehelendrumond.blogspot.com/2011/11/apostila-especial-consciencia-negra.html>. Acesso em: 25 out. 2025.



ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Consciência negra**. 2011. Páginas 1–168. Disponível em: <http://simonehelendrumond.blogspot.com/search/label/Consci%C3%Aancia%20NEGRA>. Acesso em: 25 out. 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOSKENNIEMI, Martti. **The Gentle Civilizer of Nations: The Rise and Fall of International Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

LACERDA, João Baptista de. **Sur le métis au Brésil**. In: *Premier Congrès Universel des Races: 26-29 juillet 1911*. Paris: Devouge, 1911.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MBEMBE, Achille. **Políticas de inimizade**. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

MELOSSI, Dario. **El Estado de control social**. México: Siglo XXI Editores, 1992.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: Avaliação e Monitoramento**. Brasília: MS, 2023.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas**. Sociedade e Cultura, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2001.

MUTUA, Makau. **Africans and the ICC: hypocrisy, impunity and perversion**. In: CLARKE, Kamari M.; KNOTTNERUS, Abel S.; VOLDER, Eefje de (Eds.), 2016. p. 47-60.

MUTUA, Makau; ANGHIE, Antony. **What is TWAIL?** Proceedings of the Annual Meeting - American Society of International Law, v. 94, p. 31-40, abr. 5-8, 2000.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias do. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo: documentos para uma militância pan-africanista**. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 1980.

NASCIMENTO, Abdias do. **Sitiado em Lagos: autodefesa de um negro acossado pelo racismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.



O'DONNELL, Guillermo. **The State as Law: Contributions and Ambivalences.** In: *Democracy, Agency, and the State: Theory with Comparative Intent*. Nova York: Oxford University Press, 2010.

PAHUJA, Sundhya. **Decolonising international law: development, economic growth and the politics of universality.** Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

PATTERSON, William L. (Ed.). **We charge genocide: the crime of government against the negro people.** 3. ed. New York: International Publishers, 2020.

PIRES, Thula. **Democracia e genocídio do povo negro e indígena.** 2019.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais.** 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

RAMOS, P. C. **Gramática negra contra a violência de Estado: da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018).** 2021. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2021.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 78, p. 3-46, 2007.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político.** Coimbra: Almedina, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEBRAE. **Empreendedorismo negro no Brasil.** Brasília: SEBRAE, 2023.

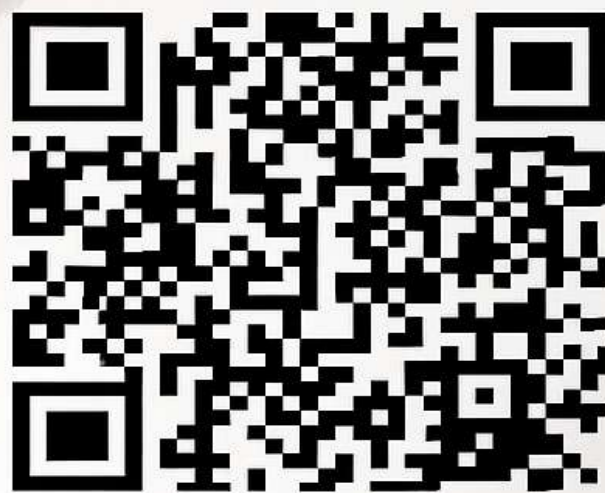
SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável.** Trad. Amílcar Packer; Pedro Daher. São Paulo: Oficina de Imaginação Política; Living Commons, 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

WEKKER, Gloria. **White Innocence: paradoxes of colonialism and race.** Durham and London: Duke University Press, 2016.





CLUBE DE
AUTORES

E-BOOK - 2025